

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

NATÁLIA RODRIGUES SILVA

**BIBLIOTECA E(M) SOCIEDADE: POR UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA ORDEM DO DIGITAL**

**Pouso Alegre, MG
2018**

NATÁLIA RODRIGUES SILVA

**BIBLIOTECA E(M) SOCIEDADE: POR UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA ORDEM DO DIGITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Conhecimento e suas Tecnologias.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Juciele Pereira Dias

**Pouso Alegre, MG
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Silva , Natália Rodrigues.

Biblioteca e(m) sociedade : por uma análise do processo de produção de sentidos na ordem do digital / Natália Rodrigues Silva – Pouso Alegre: UNIVÁS, 2018.

96 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2018.

Orientadora: Prof^ª Dr.^ª Juciele Pereira Dias.

1. Análise de Discurso. 2. Bibliotecas digitais. 3. Plataformas digitais colaborativas. 4. *Internet*. I Título.

CDD 025.52

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “BIBLIOTECA E(M) SOCIEDADE: POR UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA ORDEM DO DIGITAL” foi defendida em 19 de setembro de 2018, por NATÁLIA RODRIGUES SILVA, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº98012481, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dra. Juciele Pereira Dias
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves
Universidade Federal Fluminense – UFF
Examinador



Prof. Dra. Maria Onice Payer
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Dedico este trabalho aos meus pais, em minha eterna gratidão. Aos meus irmãos pelo amor e ensinamentos. Aos meus sobrinhos, os meus pequenos, pelo amor e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Confesso que quando esse trabalho ficou pronto, vi mais um objetivo e sonho alcançados.

Agradeço a Deus por honrar a minha fé, por estar sempre comigo me dando forças nos momentos mais difíceis e por me iluminar com sabedoria, discernimento e paciência.

Agradeço aos meus pais, Remaclo e Francisca, que me auxiliaram, incentivaram e empenharam-se em tudo o que podiam para que eu concluísse meus estudos. Gratidão eterna! Amo vocês!

Aos meus irmãos, Iran e Iria, pelo apoio e carinho. Amo vocês!

Aos meus sobrinhos, Vanessa, Vítor, Vinícius, Vitória, Ana Livia e Vivian, pelo amor sublime, afeto e carinho. Amo vocês!

Aos meus familiares por oportunizarem um ambiente familiar íntegro, generoso e amoroso.

Às minhas colegas e amigas de Instituição, Daniela Sakaguti e Rosimeire Ribeiro, pela amizade. Sem vocês o IF não seria o mesmo.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Onice Payer, Prof^ª. Dr^ª. Telma Domingues da Silva e Prof^ª. Dr^ª. Luiza Kátia A. Castello Branco pelo maravilhoso trabalho realizado na banca de qualificação, que contribuíram com a construção desse texto em suas leituras atentas e orientações durante o exame de qualificação desse trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Onice Payer, Prof. Dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves e Prof^ª. Dr^ª. Telma Domingues da Silva que tão gentilmente aceitaram o nosso convite para fazer parte da banca de defesa e contribuíram ricamente para a construção do texto final da dissertação.

À Prof^ª. Dr^ª. Juciele Pereira Dias, minha orientadora, que me conduziu a caminhos que consegui trilhar para que pudesse me encontrar nos estudos sobre a biblioteca digital. Quero te agradecer por ter me aceitado como uma de suas primeiras orientandas de Mestrado. Obrigada por me conduzir à resposta sobre o que me inquietava, e muito obrigada por me ajudar a compreender a Análise de Discurso.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem que me acolheram, provendo instrumentos de pesquisa e cordialidade de relacionamento.

A todos os colaboradores da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), por toda a dedicação e carinho com os acadêmicos.

Ao Instituto Federal Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) pelo apoio através de políticas e programas de incentivo à qualificação de seus servidores.

“Os únicos verdadeiros igualadores no mundo são os livros; a única casa de tesouro aberta a todos os consumidores é uma biblioteca; a única riqueza que não se deteriorará é o conhecimento; a única joia que você pode levar além da sepultura é sabedoria” (LANGDORD).

RESUMO

SILVA, Natália Rodrigues. **Biblioteca e(m) sociedade: por uma análise do processo de produção de sentidos na ordem do digital**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), 2018.

Esta pesquisa, filiada à Análise de Discurso, nas perspectivas teórico-metodológicas de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, tem como objetivo compreender como os sentidos se inscrevem na discursividade das plataformas digitais colaborativas Minhateca e Scribd, produzindo imaginários de serem bibliotecas digitais. Desse modo, na pesquisa, fazemos uma descrição das políticas de formação e desenvolvimento de coleções nas bibliotecas (tradicionais e digitais) e uma descrição do processo de produção de sentidos do que estamos denominando “plataformas digitais colaborativas”. As principais noções trabalhadas, em Análise de Discurso, são: a de memória discursiva, a de memória metálica, a noção de texto, a de arquivo, a de leitura, a de sujeito “usuário” e a de digital. Também, do campo do saber da Biblioteconomia, são trabalhadas as seguintes noções: de biblioteca, de biblioteca digital e de formação e desenvolvimento de coleções e usuário. Na pesquisa, assim sendo, busca-se produzir um gesto de leitura dos diferentes sentidos de/sobre biblioteca em circulação, historicizando-os desde o modo como são significadas as bibliotecas da antiguidade, como Pérgamo e Alexandria, definidas, sobretudo, como “depósito de livros”, onde o saber era guardado e não divulgado; sentidos os quais se repetem nas definições de “bibliotecas digitais”, em que não cabe mais apenas os sentidos de biblioteca como uma “guardiã do conhecimento”, mas de uma organização que está nas condições materiais de existência do processo de produção do conhecimento na sociedade e na história. O *corpus* de análise é constituído de recortes de duas plataformas: o Scribd e Minhateca, ambas disponíveis na *internet* e que têm seu uso popularizado no espaço acadêmico, demandando por responsabilidade ética e política de gestos de interpretação de profissionais das Ciências da Linguagem e das Ciências Sociais Aplicadas. Desse modo, é da posição sujeito bibliotecária e analista de discurso, que analisamos como são produzidos os sentidos nessas duas plataformas e o seu funcionamento no espaço digital. Nos recortes produzidos do Scribd e Minhateca, temos um evidenciamento posto ao leitor, de que essas plataformas podem ser um espaço onde se encontra tudo o que é posto como necessário para se “informar” e pesquisar. E também o funcionamento discursivo dessas plataformas produzem um efeito de sentido de que são plataformas “pessoais”, “privadas”, no espaço digital, porém se colocam como plataformas “públicas”, pois não é somente uma pessoa que tem acesso ao seu “conteúdo”. Descrevemos também como se dá o processo de produção de coleções das bibliotecas, que denominamos de “tradicionais”; em confronto com os sentidos em evidência sobre o processo de produção das plataformas, analisando o modo como se define o que pode ou não ser lançado em seus “acervos”, todavia não restringindo, na prática, o compartilhamento de materiais não autorizados, ou seja, materiais protegidos por direitos autorais.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Bibliotecas digitais. Plataformas digitais colaborativas. *Internet*.

ABSTRACT

SILVA, Natália Rodrigues. Library in society: for an analysis of the process of production of meanings in digital order. 2018. 98 f. Thesis (MS). Graduate Diploma in Language Sciences, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), 2018.

This research, affiliated to Discourse Analysis, in the theoretical-methodological perspectives of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, aims to understand how the senses are inscribed in the collaborative digital platforms Minhateca and Scribd, producing an imaginary of being digital libraries. Thus, in the research, we describe the policies for the formation and development of collections in libraries (traditional and digital) and a description of the process of production of meanings of what we are calling "collaborative digital platforms". The main notions worked out in Discourse Analysis are: discursive memory, metal memory, notion of text, file, reading, subject "user" and digital. Also, from the field of library science, the following concepts are worked: library, digital library and training and development of collections. In this way, the research seeks to produce a gesture of reading the different senses of / on the library in circulation, historicizing them from the way the libraries of antiquity, such as Pergamon and Alexandria, are defined, above all, as "deposit of books ", where knowledge was kept and undisclosed; which are repeated in the definitions of "digital libraries," in which the sense of the library is no longer only a "guardian of knowledge" but an organization that is in the material conditions of existence of the process of knowledge production in society and history. The analysis corpus consists of cutouts of two platforms: Scribd and Minhateca, both available on the Internet and that have their use popularized in academic space, demanding for ethical and political responsibility of gestures of interpretation of professionals of Sciences of Language and Sciences Applied Social Sciences. Thus, it is from the position librarian subject and discourse analyst, that we analyze how are produced the senses in these two platforms and their operation in the digital space. In the clippings produced by Scribd and Minhateca, we have a clear evidence, given to the reader, that these platforms can be a space where everything is needed to inform and research. And also because these platforms have a sense effect that they are "personal", "private" platforms in the digital space, but they are put like "public" platforms, since it is not only a person who has access to its "content". We also describe how the production process of collections of libraries that we call the "traditional" in confrontations gives the meanings in evidence about the process of production of the platforms, analyzing how to define what can or can not be released in their collections while not restricting, in practice, the sharing of unauthorized materials, copyrighted materials.

Keywords: Discourse Analysis. Digital libraries. Collaborative digital platforms. Internet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Biblioteca de Nínive.....	47
Figura 2 - Ruínas da Biblioteca de Alexandria	48
Figura 3 - Acervo da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade.....	48
Figura 4 - Atual Biblioteca de Alexandria	50
Figura 5 - Interior da nova Biblioteca de Alexandria	50
Figura 6 - Processo de desenvolvimento de coleções.....	67

ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

LDA – Lei dos direitos autorais

ODF – Open Document Format

ODG – Open Document Graphics

PDF - Portable Document Format

PPT - Power Point

RTF - Rich Text Format

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Web – World Wide Web

XLS - Microsoft Excel Spreadsheet

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A ANÁLISE DE DISCURSO.....	18
2.1 As condições de produção da leitura.....	23
2.2 Divisão social do trabalho de leitura.....	27
2.3 A constituição da posição sujeito usuário no espaço digital.....	31
3 SENTIDOS DE BIBLIOTECA.....	40
3.1 As bibliotecas na história.....	46
3.2 As bibliotecas públicas.....	50
3.3 Das bibliotecas públicas às bibliotecas digitais.....	53
3.4 Sentidos de biblioteca e arquivo: tensões entre o físico e o digital.....	57
4 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS.....	61
4.1 Sobre as políticas de formação e de desenvolvimento das coleções das bibliotecas em (não) funcionamento na organização do digital.....	65
4.2 Minhateca.....	71
4.3 Scribd.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO A – Tela inicial da Minhateca - Parte I.....	95
ANEXO B - Tela inicial da Minhateca - Parte II.....	96
ANEXO C - Tela inicial do Scribd.....	97
ANEXO D - Tela de busca do Scribd.....	98

1 INTRODUÇÃO

O homem, na história, sempre buscou diferentes maneiras de “armazenar” o conhecimento que é produzido, pela linguagem, na sociedade, voltando-se para a “preservação” e “guarda da memória” para leitura. Dentre esses trabalhos, há escritos disponibilizados desde as bibliotecas da Antiguidade, por meio de materiais tais como os tabletes de argila, o papiro, o pergaminho, o papel e, com o advento da informatização (PÊCHEUX, 1982; AUROUX, 1998), poderíamos mencionar os computadores, os textos *on-line*, dentre outros. Os sentidos de biblioteca são determinados, em certa ordem, em relação ao que é produzido, compreendido, como tecnologia na sociedade, na história (DIAS, 2009; SANTOS, 2012). Da escrita no papel, da escrita manual, aos escritos em máquinas como a prensa de Gutenberg, a máquina de datilografia, os computadores, a rede mundial de computadores (Internet), temos uma divisão social do trabalho da escrita e da leitura em que a tecnologia, especificamente a do digital, em determinadas condições de produção de sentidos, produz deslocamentos no próprio do processo da produção de sentidos sobre o que é biblioteca, o que é obra, o que é autoria e de como (com)partilhar documentos ou leituras, no caso de nossa pesquisa, *on-line*. Considerando os sentidos de “biblioteca” na sociedade, na história, e filiados à Análise de Discurso, em uma possível relação com os estudos sobre arquivo, temos, desse modo, o objetivo de compreender como os sentidos de biblioteca são produzidos na ordem do digital.

As bibliotecas, na história, passam e continuam a passar por diferentes transformações com o desenvolvimento tecnológico. Na contemporaneidade, com o advento da informatização e da Internet, as bibliotecas digitais, conforme Sayão (2008), tiveram impulsos advindos de duas forças: 1) a do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação; e 2) a das pessoas, em especial os acadêmicos, que almejavam uma maneira de acessar com mais eficácia as “informações”. Nessa perspectiva, a biblioteca digital, em sua especificidade, não contém livros na forma convencional (impresso), pois a “informação” pode ser acessada em locais específicos e remotamente no espaço digital.

A tecnologia, em certas condições de produção de sentidos, tem produzido deslocamentos nas formas de comunicação e nos gestos de (com)partilhar “informações”, de modo que as tentativas de controle da disponibilidade e do acesso às obras na Internet têm se

mostrado um dos principais desafios na atualidade, por exemplo, para produção e institucionalização de políticas públicas. Ao falarmos em tecnologia, rapidamente a relacionamos com as tecnologias digitais, das máquinas *on-line*, inscritas na ordem da velocidade, efêmeras em seu tempo de circulação, no sentido de que a novidade hoje pode estar ultrapassada amanhã.

De acordo com Mariani (2018), com o uso constante da palavra tecnologia na contemporaneidade, há uma evidência de sentido, um imaginário de um já-sabido, no qual está “implícito” o que significa tecnologia. A autora ressalta:

[...] nos dias de hoje, dada a ampla circulação do termo ‘tecnologia’, e dada a naturalização com que a tecnologia se encontra associada a objetos inseridos nas práticas sociais, encontramos o tratamento automático da linguagem associado a um imaginário de progresso e inovação [...] (MARIANI, 2018, p. 78).

A “informação” está colocada como disponível de forma mais rápida e fácil a cada dia. Com apenas um clique, achamos que é possível saber o que está acontecendo do outro lado do continente e em, supostamente, “tempo real”. Não é mais necessário esperar dias, semanas, ou meses para estabelecer contato com alguém que reside a quilômetros de distância. O tempo e o espaço funcionam por outra ordem, pela “ordem do digital” (ORLANDI, 2017). Conforme GALLI (2012, p. 183), “o tempo acelerado e o espaço reduzido, características da contemporaneidade, funcionam como parte de uma demanda que coloca em jogo a circulação das informações (notícias)”.

A disponibilização de “conteúdos” *on-line* é cada vez mais frequente e com números expressivos. É considerado fácil encontrarmos na *internet* diversas publicações, de diferentes áreas do conhecimento, de autores renomados, ali bem à nossa frente, em “tela”. Conforme Galli (2012) a tela é um espaço legitimado por uma parte da sociedade contemporânea e está inscrita em certas condições de produção das tecnologias de informação e comunicação. Ao mobilizarmos a palavra ‘tela’, inscrita na textualidade eletrônica, colocamos em relação com seus elementos constitutivos, por exemplo, os *links*, os quais

[...] remetem-se uns aos outros e colam-se mutuamente o tempo todo, construindo uma teia de nós e conexões, que só fazem e constroem sentidos para o sujeito se ele tiver acesso à memória e ao arquivo (ROMÃO, 2006, p. 1-2).

Na perspectiva discursiva, consideramos fundamental compreender o papel da “memória metálica” (ORLANDI, [1996] 2009), e seu funcionamento na ordem do digital (ORLANDI, 2017), ou seja, descrever como os sentidos estão postos em relação às máquinas de modo que possam ser “facilmente” propagados e difundidos enquanto “informações”. Ao colocarmos “informação” entre aspas estamos problematizando justamente essa forma como o conhecimento é posto em circulação na *internet*, sob o efeito de ser uma informação de rápido e fácil acesso. Esse efeito de “informação” se dá pela tensão entre o que é próprio da máquina, de reduzir algo a um “pacote de dados” a ser compartilhado e a produção do conhecimento.

Devemos considerar também que as práticas de leitura têm se transformado ao longo da história. As tecnologias propiciaram novas práticas de leitura, pois antes o acesso aos livros era por meio das livrarias, bibliotecas de instituições ou pessoais. Agora existem novas formas de “empréstimo” proporcionadas, em especial, pelo digital, como, por exemplo, por meio de plataformas digitais colaborativas, lugar em que o “usuário” faz um cadastro e pode acessar os materiais disponíveis nesses locais, *on-line*. Essa nova forma de empréstimo que, por intermédio do digital, tem se tornado uma “prática popular”, está sendo substituída por uma “prática de (com)partilhamento”.

Desse modo, essa pesquisa tem como objetivo compreender como as plataformas digitais colaborativas, que são espaços na *internet* em que os “usuários” (com)partilham materiais entre si, como o Minhateca e Scribd produzem um imaginário de serem bibliotecas digitais. Na pesquisa, assim, fazemos uma descrição das políticas de formação e desenvolvimento de coleções nas bibliotecas (tradicionais e digitais) e uma descrição do processo de produção de sentidos do que estamos denominando “plataformas digitais colaborativas”, e sua constituição na sociedade e na história.

Este trabalho não objetiva compreender o conteúdo dos materiais analisados, mas sim analisar o funcionamento discursivo dos mesmos, levando o leitor a uma ótica discursiva dos enunciados, à compressão dos processos significativos, seu funcionamento e produção de sentidos. A pesquisa está estruturada em três (3) capítulos.

No primeiro capítulo, “*A Análise de Discurso*”, temos a teoria que orienta esse trabalho, proporcionando ao leitor uma explanação de algumas noções teóricas importantes para a fundamentação da pesquisa. E, neste capítulo, descrevemos a metodologia deste trabalho, na perspectiva da Análise de Discurso, definindo, ao mesmo tempo, a questão

teórica, o objeto e os procedimentos de análise de como os sentidos de bibliotecas, em relação ao digital, se constituem em um batimento entre a memória e a atualidade da tecnologia, inscritos na ordem do digital.

O segundo capítulo, “*Sentidos de biblioteca*”, traz um gesto de leitura de como as bibliotecas são significadas na história, mais especificamente, como são atribuídos, hoje, sentidos para a palavra “biblioteca”, como advindos (como se fossem os mesmos) desde a Antiguidade. Neste capítulo descrevemos os efeitos de sentido de biblioteca e arquivo, que são colocados em evidência, cristalizados e se repetem ou são deslocados no campo da Biblioteconomia e em outros campos do saber.

E, por fim, no terceiro capítulo, “*Descrição e interpretação do processo de produção das bibliotecas digitais*”, analisamos o processo de produção de sentidos sobre as plataformas digitais colaborativas na Internet, que é constituído de duas partes. Na primeira parte, trabalhamos com o modo como a organização biblioteca é determinada por sentidos inscritos e legitimados enquanto política de formação e desenvolvimento de coleções e colocamos esses sentidos em relação ao não dito em sites de compartilhamento de materiais, denominados como bibliotecas digitais por seus “usuários”. E na segunda parte, analisamos como são definidas duas plataformas digitais colaborativas disponíveis na *internet*: a Minhateca e o Scribd.

2 A ANÁLISE DE DISCURSO

Em meados dos anos sessenta (60), na França, Michel Pêcheux, filósofo francês, junto a outros intelectuais, funda a Análise de Discurso (AD), campo de saber introduzido e consolidado no Brasil por, Eni Orlandi, ao lado de outros pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. Há muitas maneiras de se definir esse campo do saber científico, que se dá no entremeio de diferentes outros campos do saber, constituído, segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 163-164), por:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas três regiões do saber da Análise de Discurso são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997). A Análise de Discurso, assim, toma o discurso como seu objeto e considera o texto na sua opacidade (materialidade), objetivando a compreensão de um dizer em relação a outros dizeres, e ao que não foi dito em um texto específico, mas colocando-o em relação a outros textos (ORLANDI, [1996] 2009).

A Análise de Discurso, por ser uma disciplina de entremeio, desloca as questões relacionadas à identidade do sujeito para o processo de produção de sentidos e de sujeito, pela língua (ORLANDI, [1996] 2009). Segundo Orlandi ([1983] 2011a), estar no entremeio de outros campos teóricos faz com que, pela Análise de Discurso, não simplesmente se busquem por definições ou pelos funcionamentos destas, mas que busque compreender os processos de produção dos sentidos, como determinado dizer significa de um modo e não de outro em certas posições sujeito, em determinadas condições de produção do discurso.

Nas palavras de Orlandi ([1996] 2009, p. 17), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. O discurso, portanto, não é tão somente uma forma de transmitir informações, mas é efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1969). E, segundo Orlandi e Lagazzi (2006, p. 14), “dizer que o discurso é efeito de sentido entre locutores significa deslocar a análise de discurso do terreno da

linguagem como instrumento de comunicação”. É pelo discurso que temos a possibilidade de compreender as relações entre ideologia e língua, permitindo a análise dos efeitos da língua na história, bem como os efeitos da história na língua, o que torna possível descrever/interpretar como sentidos e o sujeito se constituem na e pela linguagem.

Conforme Pêcheux (1969), o discurso não é informação, mas efeito de sentidos produzidos entre diferentes posições sujeito. Pêcheux renuncia a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e instaura a tese de base da Análise de Discurso que ressalta: todo discurso é sempre constituído a partir de determinadas condições de produção que devem ser levadas em conta para compreendermos os efeitos de sentido.

Nas palavras de Orlandi ([1996] 2009, p. 40), “as condições de produção de um discurso implicam o que é material (a língua), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”. O discurso, em suas diferentes condições de produção, pressupõe um sujeito enunciador, sujeito do e sujeito ao discurso, numa posição que nem sempre corresponde à sua posição empírica, o seu lugar social, facilmente verificável (ORLANDI, [1996] 2009).

Em 1969, Pêcheux ([1975] 1997) afirma que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (p. 77). Pêcheux ainda salienta que as formações imaginárias também fazem parte das condições de produção do discurso, no qual o que é dito por um sujeito determina essas condições de produção, produzindo deslocamentos nas redes de relações de sentidos.

Em 1975, Pêcheux e Fuchs redefinem a noção de condições de produção. Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997) colocam que toda formação discursiva se constitui em condições de produção específicas. Para os autores os processos discursivos não têm origem no sujeito, já considerando o assujeitamento, ou seja, é a partir de uma formação discursiva dada que se dá o assujeitamento. Assim sendo, podemos dizer que Pêcheux e Fuchs redefinem a noção de condições de produção e a de formação discursiva, pois é essa última que determina o que pode e deve ser dito, bem como a de formações ideológicas.

Para Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 166, grifo dos autores), a formação ideológica é definida como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito com outras”. Ou seja, a formação ideológica compreende a uma ou várias formações discursivas.

Em relação à noção de formação discursiva, para Orlandi ([1996] 2009, p. 43),

[...] ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

Pêcheux ([1975] 1988), ao falar sobre formação discursiva, define essa noção como uma matriz de sentidos que estabelece no discurso o que pode ou não ser dito, ou “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 160).

O autor ressalta ainda que, pela linguagem, nas formações discursivas são representadas as formações ideológicas e diz que: “seria, antes, conveniente falar de uma ‘intrincação’ das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na interpelação” (PÊCHEUX, 1988, p. 182). A partir disso, é dito que os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas, ou seja, as formações discursivas são determinantes e determinadas pelas formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988).

As palavras significam em uma determinada formação discursiva (ORLANDI, [1996] 2009), não tendo, desse modo, um sentido próprio, literal, fechado. Dito de outro modo, segundo Orlandi ([1996] 2009), “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (p. 44).

Na perspectiva da Análise de Discurso, Pêcheux (1997) coloca que, na posição de analista de discurso, nós temos a responsabilidade ética e política de interpretar, ou seja, de não nos rendermos às evidências do sentido já dado, naturalizado enquanto informação, colocado como literal. Para a Análise de Discurso, o processo de produção de sentidos, em certas posições sujeito, é relacionado com a estrutura de uma formação social. O sujeito, ao dizer, se inscreve em formações discursivas que estão em circulação em um dado contexto (ORLANDI, [1996] 2009), na sociedade e na história.

Conforme Orlandi ([1996] 2009, p. 48), na Análise de Discurso, “o sujeito não é empiricamente coincidente consigo mesmo”, uma vez que, atravessado pela linguagem e pela história, ele é materialmente dividido desde a sua constituição, sendo, ao mesmo tempo, sujeito de e sujeito à linguagem. Considerando as condições de produção do discurso na

ordem do digital, no processo de constituição do *corpus* desta pesquisa, fez-se necessário compreender como se dá o processo de produção de sentidos de biblioteca, biblioteca digital em relação ao sujeito leitor, ao sujeito usuário, tanto da biblioteca, da biblioteca digital, quanto das plataformas digitais colaborativas, objeto em análise neste trabalho.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por diferentes recortes, enunciados das/nas plataformas digitais colaborativas Minhateca e Scribd, pelos quais analisamos como são significadas as posições sujeito bibliotecário, bem como as posições sujeito “usuário” significado no lugar do bibliotecário e as posições sujeito “usuário” navegador significado como “leitor virtual” (ORLANDI, 1993).

Assim, o “usuário” que fala no *corpus* desta pesquisa pode, por exemplo, estar falando por diferentes posições sujeito “usuário”, que se significam em diferentes condições de produção de sentidos. Pode ser, por exemplo, da posição sujeito “usuário” pesquisador que busca por obras na Internet para fundamentar seu(s) trabalho(s), de uma posição sujeito “usuário” leitor que busca por lazer, entre outras que produzem diferentes efeitos de sentido no modo de formação e desenvolvimento dos textos disponíveis nessas plataformas. Assim sendo, o modo como a posição sujeito “usuário” significa, não é da ordem da intenção, do saber consciente, saber o que se está fazendo e de ter o controle dos sentidos que produz, ou seja, tais sentidos não são necessariamente evidenciados ao “usuário”, por exemplo, ao fazer *uploads/downloads* de textos nas plataformas. O sujeito, ao enunciar por posições sujeito, é sempre já interpelado pela ideologia e dividido pelo inconsciente para que produza sentidos, é sempre sujeito à língua e à história. Jamais vamos encontrar o sujeito fora da ideologia.

Mariani (1998, p. 25) coloca que a “ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie, natural para ele enunciar daquele lugar”. Pêcheux (1975) nos diz que, assim como não existe discurso sem sujeito, também não existe sujeito sem ideologia. A língua faz sentido porque o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (PÊCHEUX, 1975).

Segundo Orlandi ([1996] 2009, p. 45), “o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia”. A autora explica que, para que a língua faça sentido, é necessário que a história intervenha e, “enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito, com a língua e com a história para que

haja sentido” (p. 48), promovendo ao mesmo tempo, o apagamento dessa inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo no sujeito a ilusão de ser ele a fonte do que diz.

Conforme Orlandi (1994, p. 56),

A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem. Incompatíveis em suas naturezas próprias. A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia.

É pela ideologia que se dá a interpelação do indivíduo em sujeito, que, por sua vez, se inscreve em determinadas formações discursivas, produzindo sentidos. Nesse processo de constituição do sujeito e dos sentidos, ou seja, no processo de subjetivação, Orlandi (2001) distingue dois momentos. No primeiro: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (assim é o assujeitamento pela ideologia). Nesse primeiro momento não há mais ou menos sujeito. No segundo: é o processo de individuação do sujeito pelo Estado, que se dá por meio de instituições. Nesse segundo momento o indivíduo é afetado pelo simbólico.

O sujeito, já interpelado pela ideologia, acredita que os sentidos do que diz são dele (originais), ou seja, ele estaria dominando suas ações, evidenciadas na ordem do digital, do numérico. Embora acredite que essas ações sejam tomadas pelo sujeito, não o são, pois é a ideologia que determina o que o sujeito é e também o que deve ser, todavia, não há ritual ideológico sem falhas, há resistência. Para Pêcheux (2009, p. 146) é

[..] a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

O autor, ao falar sobre o caráter material do sentido, diz que esse é disfarçado pela evidência de que a linguagem é transparente e de que o sentido é unívoco. Para ilustrar essa questão, Pêcheux (2009) traz o seguinte enunciado como exemplo: “um soldado francês não recua” (p. 146), em que se produz o efeito de sentido de que se o sujeito é um soldado francês ele não pode recuar. É por meio dessa evidência de sentido que se constroem as imagens sobre as pessoas e as coisas, e, de acordo com o autor, isso é possível devido à “dependência

constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’” (p. 146). Pêcheux (2009, p. 147) diz que isso é possível devido ao fato de que

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Nessa perspectiva, o autor salienta que o sentido das palavras ou expressões não estão nelas mesmas, mas que os sentidos são produzidos conforme as posições em que foram enunciadas. Essa é uma questão teórica fundamental em nosso trabalho sobre processos de produção de sentidos das palavras: biblioteca, biblioteca digital na sociedade e na história, bem como da evidência de que plataformas digitais colaborativas são bibliotecas digitais, em que todo mundo sabe o que é um “usuário”.

2.1 As condições de produção da leitura

Na Análise de Discurso, que tem como objeto de estudo o discurso, segundo Orlandi ([1996] 2009), o texto é compreendido como a materialidade do discurso, que se constitui como uma unidade imaginária, ou seja, não é uma estrutura fechada em si mesma, com começo, meio e fim, mas uma unidade significativa, passível a leituras. Ao usar a palavra “leituras” no plural, dizemos que o texto não é algo transparente, mas que em seu funcionamento há sentidos, efeitos de sentido. Não há, portanto, apenas um sentido único no texto, mas vários sentidos possíveis (ORLANDI, 2001).

O texto se constitui em relação à exterioridade, em relação ao próprio leitor e às condições de produção dos sentidos. Conforme Orlandi (2006), não compreendemos o texto como documento no qual veríamos ilustrados os sentidos já constituídos em outro lugar, mas, conforme Pêcheux (1997, [1982] 1994), um espaço virtual, do discurso outro, de possíveis leituras e de divisão social do trabalho da leitura.

Considerar o texto como o lugar em que se inscreve a exterioridade é então ampliar a noção de texto, uma vez que o analista não pode tomar o texto somente como estrutura, mas

precisa descrever o modo como essa estrutura foi textualizada, não deixando de lado a historicidade, a ideologia, o político, no processo de produção do texto e dos sentidos. O texto é, dessa forma, uma unidade significativa interpretável. A interpretação não é unívoca, ela se dá por um funcionamento ideológico podendo, portanto, ser várias.

Na Análise de Discurso o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases ou enunciados, apesar de se ter um imaginário dele ser mensurável, com começo, meio e fim, na ordem do dizível. No digital, podemos ter tanto esse imaginário de começo, de meio e de fim, na ordem do visível, quanto o imaginário de infinitude, pois a extensão é marcada pelo uso dos *hiperlinks* e pelas possibilidades de constantes atualizações, *uploads*. Apesar de não ser nossa questão de trabalho, podemos dizer que essa extensão, na ordem do digital, funciona pelo batimento do visível/invisível, o qual pode estar na base esse efeito de infinitude, já que temos um *hiperlink* que pode nos levar a outros *hiperlinks*, bem como, por exemplo, na plataforma digital colaborativa Scribd, a condição do *upload* para se fazer um *download*.

Ainda sobre o texto, Orlandi (2001, p. 67) salienta

[...] o texto mostra como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias da enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, falando. E a leitura percorre este processo.

A respeito da questão da leitura, a autora reforça

Toda leitura tem sua história. [...] Todo leitor tem sua história de leitura. [...] As leituras já feitas de um texto e as leituras já feitas por um leitor compõem a história da leitura em seu aspecto previsível. [...] A história também é capaz de produzir a imprevisibilidade. Assim, é ainda do contexto histórico-social que deriva a pluralidade possível das leituras. [...] As leituras têm suas histórias no plural (ORLANDI, 1993, p. 43).

Sobre as histórias das leituras e as leituras na história, a formação do sujeito leitor, na perspectiva da biblioteconomia, é fundamental para, por exemplo, se definir o perfil do “usuário”, que não é esse do digital, mas o “usuário” no sentido do “leitor real” (ORLANDI, 1993). Diferentemente, essa problemática do “usuário” também se coloca na biblioteconomia

ao pensarmos a noção de biblioteca digital, pois é necessária uma “identificação”¹ para que se dê a possibilidade de empréstimos dos livros da biblioteca. Mariani (1998) destaca, nesse sentido, que o ato de ler pode ser entendido como uma prática social. Para a autora, a leitura propicia que as pessoas ressignifiquem por meio dessa prática. Nesse sentido, Orlandi (1993) coloca que a leitura é produzida e que é preciso analisar as condições de produção dessa leitura. As condições de produção de um texto levam, em análise, o sujeito leitor e a situação em que estes foram produzidos.

Para a Análise de Discurso, não há um sentido pronto ou transparente do texto, é o leitor que lhe atribui sentidos ao texto. O sujeito leitor possui uma memória de leitura, que, junto a outros textos, possibilita a formulação de sentidos outros. O sujeito leitor, em certas condições de produção, pode ou não se identificar com o enunciado do texto. A possibilidade de que um mesmo texto seja interpretado de diferentes formas, por diferentes leitores, reside no fato de ser próprio da natureza da linguagem a possibilidade de diversos sentidos. Essa polissemia, produzida nas leituras, é potencializada (virtual) por deslocamentos de sentidos que acontecem por diferentes interpretações, em diferentes posições sujeito leitor, com diferentes histórias de leitura.

Conforme Indursky (2001), o sujeito leitor é um sujeito já interpelado pela ideologia e identificado com/em uma determinada formação discursiva, e, a partir disso, produz sua leitura e interpretação do texto. A produção de sentidos pelo sujeito leitor é afetada por outras leituras ou um “conhecimento prévio” (ou não) do sujeito que estão ou são postas em relação ao texto.

As distintas leituras, e os diferentes efeitos de sentido de um texto, colocam em cena o fato de o sujeito leitor poder se identificar com uma e não com outra formação discursiva. É o que a Análise de Discurso denomina “efeito-leitor” (ORLANDI, 2001), um espaço vazio existente no texto, que é preenchido pelo sujeito leitor. É a esse leitor que se referem as teorias da Análise de Discurso e não aquele leitor ideal, idealizado em relação ao texto (imaginário), que realizaria a leitura conforme os sentidos do autor. Diferente do leitor virtual, aquele projetado no processo de produção do texto, na textualidade, pelo sujeito autor.

 Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo de antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua

1 Para consulta ao Catálogo *on-line*, normalmente não é necessário o cadastro e um acesso como “usuário”. Já em Catálogos *on-line* de bibliotecas especializadas é necessário o cadastro (identificação) do “usuário”.

escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como seu duplo (ORLANDI, 2001, p. 61).

Orlandi (2001) aborda a função-autor por seu duplo no efeito-leitor. Isso ocorre por meio do mecanismo de antecipação, no qual a função-autor é projetada de forma imaginária no lugar em que o outro lê ou escuta. É por meio desse imaginário que se constitui o leitor virtual que lhe corresponde. A função leitor é constituída na/pela linguagem e se inscreve na materialidade textual, que já traz em si diferentes efeito-leitor, constituído por gestos de interpretação de quem o produziu, bem como pela memória do sujeito que lê.

Na perspectiva filosófica, Lévy (1996, p. 21) nos diz que “o virtual [não] é [apenas] imaginário” à medida que “produz efeitos”. Em relação à palavra “virtual”, Lévy (1996, p. 15) salienta que a palavra “[...] vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência”. Assim sendo, o virtual está definido enquanto a potencialidade de se tornar algo ou de se atualizar. O virtual é um fenômeno que envolve o existente, de forma que o tempo, o espaço, os textos, os livros etc, se virtualizam. Tomada na perspectiva discursiva, pela noção de virtual, podemos compreender que existe uma potência de sentidos no sujeito colocado como leitor virtual, já no leitor ideal prevalece o “privilégio” do sentido único. Portanto, virtual é um universo de possibilidades de (ser) leitor.

Na perspectiva discursiva, em relação ao leitor virtual, Orlandi (2001) salienta que o sujeito-leitor virtual, colocado pelo autor como uma projeção, é constituído no ato da escrita, enquanto o “leitor real” (ORLANDI, 1993) é aquele que realmente lê o texto, é o leitor pelo qual se atualizam os sentidos do texto, em determinadas posições sujeito leitor.

Orlandi (1993, p. 9) ressalta

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita [...], trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto para ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’.

O leitor virtual produz as condições de possibilidade do sentido, o qual pode vir a ser outro, sendo que o leitor real é o lugar pelo qual se dá atualização dos sentidos. Em relação ao sujeito leitor virtual, é levado em conta o imaginário social, enquanto que o leitor real, como o próprio nome diz, é da realidade, ou seja, é o sujeito que efetivamente irá se apropriar do texto e praticar a leitura. Essa distinção é pertinente, pois estamos mobilizando noções de

diferentes campos do saber, o da Análise de Discurso e o da Biblioteconomia, sendo que essa última trabalha com o que denominamos “leitor real”.

Desse modo, podemos compreender que há, no processo da leitura, uma relação entre o leitor virtual e o leitor real, pois o leitor real não se relaciona diretamente com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outros sujeitos (leitor virtual/autor). A leitura é a etapa crucial da produção da unidade textual e, conseqüentemente, de sua realidade significante. É por meio da leitura que o interlocutor se identifica como um interlocutor e assim possibilita o processo de significação do texto. Assim sendo, a leitura e o sentido ou, ainda, sujeitos e sentidos, se constituem ao mesmo tempo, em um mesmo processo. Processo este que se estabelece de maneiras distintas, colocando em relação ao leitor virtual e real.

E outro ponto a ser levantado em relação ao processo de produção da leitura é a incompletude. Ao se ler, deve-se considerar não somente o que está dito, mas o “implícito”, o que não está dito naquele texto, mas que também está significando, pelas relações de leituras com ditos em outros lugares. O que não está dito, de certa forma, sustenta o que está dito; há outras formas de se dizer o que está dito, assim, abrindo para se significar de maneira diferente.

2.2 Divisão social do trabalho de leitura

Compreender o papel da leitura, tradicionalmente, tem sido colocado como trabalho de profissionais da Educação e das Letras, ficando ao profissional da Biblioteconomia o trabalho de indexação e de classificação das obras. Esse trabalho é definido não como de interpretação, mas de um trabalho técnico, da ordem do já dado, já estabelecido, mecanicizado. Desse modo, é do lugar de responsabilidade ética e política do profissional da biblioteconomia e do de analista de discurso que problematizaremos a leitura de arquivos e o trabalho de interpretação como um espaço polêmico de leituras, dividido na sociedade e na história, e de trabalho com a materialidade da língua.

Pêcheux ([1982] 1994), ao discorrer sobre a questão da leitura em relação à memória coletiva, apontou duas tradicionais e distintas formas do trabalho de leitura de arquivos: uma determinada por sujeitos que organizavam os arquivos – como as atividades de cópias,

classificação e indexação – e a outra, a dos sujeitos autorizados a ler, escrever e interpretar, elaborando então leituras originais. Nesta divisão percorrida por Pêcheux, ou seja, nessa divisão social do trabalho da leitura, a noção de leitura é também dividida: a leitura como decodificação (sentido unívoco) e a leitura interpretativa (polissemia).

No texto, Pêcheux ([1982] 1994) ainda sugere analisar de forma crítica o desenvolvimento de questões que já naquela época cercavam a Análise de Discurso, de textos ou de arquivos. Nessa perspectiva, o autor coloca que o arquivo tradicionalmente “pode ser entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 54), e descreve sobre duas culturas: a científica e a literária. Desse modo, Pêcheux ([1982] 1994) denomina de “literatos” os profissionais da leitura de arquivos: os historiadores, filósofos, pessoas de letras, que tinham o costume de contornar a própria leitura, pois realizavam uma leitura própria, singular e solitária, formando assim o seu mundo de arquivos. E também havia as práticas de leitura dos cientistas, que relaciona-se aos “fabricantes-utilizadores de instrumentos” e que “por muito tempo, achavam poder escapar à questão de saber para que eles servem e quem os utiliza” (PÊCHEUX, [1982] 1994, p. 61).

Diante dessas duas formas diferentes de ler o arquivo, segundo o autor, encontra-se aí o fato de que

[...] este divórcio cultural entre o “literário” e o “científico” a respeito da leitura de arquivo não é um simples acidente: esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando esta leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações” (PÊCHEUX, [1982] 1994, p. 58).

Pêcheux ([1982] 1994) ressalta ainda que, tradicionalmente, os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas seriam os fabricantes de novas tecnologias, os quais sustentariam as leituras dos literatos. O autor ainda reforça que essa divisão (entre o literário e o científico) representa uma divisão do trabalho de leitura, e, nessa vertente, diz que é atribuído “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ [e] a outros a tarefa de preparar e sustentar as interpretações” (PÊCHEUX, [1982] 1994, p. 58). Segundo Pêcheux ([1982] 1994), a leitura de arquivos que constitui uma “memória coletiva”

por meio da divisão social do trabalho se dava por meio de alguns clérigos ou especialistas que podiam ler, escrever e falar em seus nomes.

Ao falar sobre a divisão social do trabalho, Pêcheux ([1982] 1994) define duas formas de leitura: a literal e a sujeita à interpretação. A interpretação é um dos trabalhos na profissão do bibliotecário, pois, de acordo com Lucas (2000, p. 45), “o bibliotecário, como analista de documentos, leitor de arquivos, delimita conteúdos, busca palavras-chave, descritores, faz o trabalho de intérprete dos textos que indexa”.

O sujeito bibliotecário é também um analista de documentos que produz, entre outras atividades, a leitura de arquivos, definindo conteúdos e descritores, faz a catalogação e indexação de textos. Lucas (2000, p. 46) reforça essa questão ao dizer que “a biblioteconomia, arquivologia [...] correspondem a disciplinas que cuidam dos arquivos”.

Determinados trabalhos do sujeito bibliotecário, na divisão do trabalho de leitura descrita por Pêcheux ([1982] 1994), inscreveria-se na “cultura científica” como um profissional que realiza o tratamento dos documentos, como, por exemplo, nas atividades de classificação e indexação, prática tão comum em suas atividades diárias em uma biblioteca, realizando uma variedade de “gestos de leitura” nessa unidade informacional (LUCAS, 2000).

Para Lucas (2000) o bibliotecário, através de suas práticas de “leitura de arquivos”, tenta, por meio da classificação e indexação, e seus catálogos, tesouros² e descritores, direcionar o olhar do leitor, introduzindo cada material tratado em uma determinada organização. Desse modo, podemos dizer que o bibliotecário produz, por meio da classificação e indexação, uma “leitura interpretativa”, um gesto de interpretação. E o efeito dessa forma de administração de sentidos, por uma posição sujeito bibliotecário, produções condições de acesso à leitura, juntamente por esse gesto de delimitação dos modos de acesso.

Conforme Orlandi (2004a, p. 18), a noção de gesto, na perspectiva discursiva, [...] serve para deslocar a noção de ‘ato’ da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la”. A autora ainda reforça que “o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

² Tesouro é uma lista estruturada de termos associada empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procura (CAVALCANTI, 1978, p. 27).

Com o digital, o bibliotecário também faz parte da “cultura científica”, pois não é um profissional que apenas decodifica arquivos, ele interpreta, significa essas obras. Não cabe mais a esse profissional apenas o trabalho de classificar e indexar arquivos ou os sentidos atribuídos tradicionalmente ao gesto de indexação e de classificação.

Na biblioteconomia, a indexação refere-se ao processo de “tratamento da informação”, ou seja, um gesto de interpretação do texto com o objetivo de “extrair palavras-chave”, ou seja, recortar significantes que relacionados ao “assunto” abordado no “documento”, por meio de uma linguagem específica, especializada, como o uso do tesauros, por exemplo. Conforme Fujita e Santos (2016, p. 60), a função da indexação é

realizar a representação de conteúdos e permitir a recuperação da informação, nisso reside sua importância estratégica, da qual decorre a estreita relação existente entre seu processo e finalidade.

Já a classificação, na biblioteconomia, possibilita os meios para a “recuperação da informação”, e a organização dos documentos seguindo determinada “ordem”, por meio de tabelas de classificação padronizadas internacionalmente, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Esse trabalho de classificação coloca as palavras como um mecanismo pelo qual o sujeito “usuário” tem a abertura de possibilidade de acessar um arquivo disponível para leitura, ou seja, é como um ponto de encontro entre o “leitor real” e as obras disponíveis para leitura.

Como apontado anteriormente, o bibliotecário produz um gesto de interpretação dos materiais, mas com o uso das tecnologias. Nessa tarefa de “interpretação dos documentos”, o bibliotecário também realiza uma leitura de assimilação. Lucas (2000) nos lembra que a leitura interpretativa se contrapõe com o uso da informática em bibliotecas, uma vez que as linguagens lógicas (das máquinas) idealizam uma linguagem homogênea, que seja legível e interpretável por meio das máquinas. A indexação é então um gesto de leitura do bibliotecário (LUCAS, 2000).

Problematizando essa questão com as plataformas digitais colaborativas analisadas, podemos dizer que os “usuários” destas plataformas, de certa forma, se colocam no lugar do profissional bibliotecário, ao lançar os materiais na plataforma e atribuir a descrição de conteúdo destes materiais, muitas vezes realizando a “indexação” sem conhecer os métodos e/ou instrumentos necessários para a realização desta atividade. Essa é uma problemática norteadora da análise produzida sobre a constituição das bibliotecas digitais na

contemporaneidade e do imaginário de que plataformas digitais colaborativas são bibliotecas digitais.

2.3 A constituição da posição sujeito usuário no espaço digital

Na perspectiva da Análise de Discurso, tomando o digital como questão, produz-se demandas por outras formas de se compreender os espaços de produção do conhecimento na sociedade, pois as diferentes materialidades que funcionam no/pelo digital se inscrevem em outra ordem ou organização. No espaço digital, há um imaginário de que as “barreiras geográficas” são rompidas e de que novas formas de relações são propiciadas pelo uso da Internet: o que seria o mesmo e o diferente nessa ordem do digital, quando nos voltamos para o processo de produção do conhecimento?

Chiaretti (2016) salienta que as tecnologias digitais propiciaram novas formas de interação entre os homens e também estabeleceram novos protocolos de convivência. Para a autora

A crescente revolução tecnológica tem consequências tanto na constituição dos sujeitos quanto na forma como eles se relacionam uns com os outros. Em linhas gerais, podemos considerar que essa revolução tecnológica se propõe a ‘diminuir distâncias’ por meio de uma rápida rede de comunicação virtual que ‘conectaria’ todos os usuários da internet (CHIARETTI, 2016, p. 1).

Conforme Dias e Couto (2011), o discurso digital é caracterizado por sentidos de inovação, de avanço tecnológico, do novo, da *internet*, de um discurso “para todos”, de sociabilidade. Podemos acrescentar nesse discurso que os sentidos de digital são determinados por sentidos de colaboratividade, de conectividade e de compartilhamento. Conforme Dias e Coelho (2016, p. 37)

A colaboratividade e a conectividade são características da mobilidade contemporânea, dos movimentos urbanos contemporâneos, das formas de organização do espaço e das instituições e também da constituição dos sujeitos e dos processos de ressignificação dos sentidos.

A colaboratividade está relacionada com o momento que vivenciamos na Internet, em que as ferramentas ou plataformas que possibilitam a publicação e (com)partilhamento de conteúdos são rapidamente difundidas e de “fácil” manuseio pelos seus usuários. As plataformas digitais colaborativas, Minhateca e Scribd, estão inscritas nessa forma de (com)partilhamento, pois ao reunir em um mesmo espaço (Internet) diferentes sujeitos, de forma voluntária, em torno de um objetivo comum (de fazer *upload* ou *download* de obras para suas pesquisas ou leituras de lazer), pressupõe um trabalho colaborativo entre os “usuários” dessas plataformas.

Podemos dizer que as plataformas colaborativas se constituem por um imaginário de que pela possibilidade do (com)partilhamento de materiais se tem um “compartilhamento do conhecimento” em seus sites. Os sentidos de plataformas colaborativas são determinados por esse imaginário de propiciar a interatividade e a conectividade pelos sujeitos, ou seja, por essa interação que sustenta o imaginário de que há uma oferta de novas formas de ser e pensar.

Vale ressaltar que a colaboratividade não é unicamente constituída pelos recursos digitais pela Internet, ela é constituída por sujeitos, em relação, na sociedade e que são afetados por evidências de que socializam em prol de objetivos comuns. A maneira como a colaboratividade é significada é uma tarefa que demanda por interpretação, ou seja, por um trabalho sobre como, pela ideologia, são produzidos determinados sentidos e não outros na ordem do digital e da produção do conhecimento.

A partir do exposto, podemos dizer que as plataformas digitais colaborativas analisadas, nesta pesquisa, são determinadas e definidas enquanto sentidos de colaboratividade e de conectividade, bem como de Internet, pois são os sujeitos “usuários” que as “alimentam” com materiais, e, para acessar os conteúdos, é preciso estar conectado à *internet* e, por sua vez, a outros “usuários”.

Nas plataformas analisadas, percebemos que o “usuário” ao fazer o *upload* de um material em uma das plataformas, que não é de sua autoria, acaba assumindo, naquele espaço, pois ao fazer o *upload* divulga uma obra que não lhe “pertence” em termos legais, mas ao ser lançado na plataforma por esse “usuário” ele assume um dos papéis do autor, de detentor de direitos, pois “autoriza” essa divulgação naquele espaço.

Orlandi ([1996] 2009, p. 74) diz que a autoria “é uma função do sujeito”. Nessa perspectiva, Orlandi (2008, p. 77) salienta que “o autor é a função discursiva do sujeito que

está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições”. A autoria, na Análise de Discurso, é apontada como um princípio necessário a todo discurso, estando, assim, relacionada com a origem da textualidade.

Segundo Pfeiffer (1995, p. 30) “[...] a questão da autoria tem sido compreendida como uma posição discursiva em que o sujeito se coloca como responsável pelo seu dizer, inscrevendo-se historicamente”.

Conforme Orlandi ([1996] 2009), a relação do dizer com a interpretação são características para a constituição do autor. Para a autora o sujeito “[...] só se faz autor se o que ele produz for interpretável” e se ele “inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (p. 70).

Em relação a autoria, temos também a função-autor, uma das posições que podem ser ocupadas pelo sujeito. Nos dizeres de Orlandi (2001, p. 65-66)

[...] se temos, de um lado, a função autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. [...] o efeito leitor é uma função do sujeito como a função-autor.

A partir da leitura de Orlandi (2001), temos que a noção de autoria está ligada a uma posição sujeito. O autor é aquele que dá forma ao texto, pensando em um leitor que é imaginado no momento da organização de suas ideias e na escrita do texto. A autoria é, então, uma função do sujeito. É por meio da função-autor que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do seu dizer. Orlandi (2001, p. 65) salienta que a função-autor “constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade”.

Pêcheux (1988) nos diz que se o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, essa ilusão é necessária para que ele possa se constituir (como sujeito), inscrevendo assim seu dizer no interdiscurso. Conforme Pêcheux (1988, p. 215, grifos do autor), o sujeito “é, constitutivamente, *colocado como* autor responsável por seus atos (por sua ‘conduta’ e ‘palavras’), em cada prática que se inscreve”. Assim, o autor produz efeito de autoridade e legitimidade, por meio de suas palavras, produzindo assim esse efeito de autoria.

Orlandi (1993), ao falar sobre a noção de autoria, relaciona essa questão com a função enunciativa do sujeito, ou seja, o autor é o princípio do agrupamento do discurso, sua unidade, origem e/ou coerência. Orlandi (1993) ainda nos lembra que a função-leitor se

constitui na/pela relação com a linguagem, em razão da materialidade textual já carregar em si um efeito-leitor, que é produzido por meio dos gestos de interpretação de quem o produz e/ou pela memória do sujeito que lê. Podemos então dizer que a função-autor e o efeito-leitor possibilitam os sentidos outros, no discurso.

A função-autor, conforme Orlandi (2001), se constitui quando, então, há um sujeito que está na posição de “produtor da linguagem”, que produz um efeito imaginário de unidade, começo, meio e fim. Assim sendo, a função autor se inscreve em determinadas formações discursivas para assim produzir um discurso passível de interpretação, inscrito uma memória do dizer. Problematizando a questão da autoria a partir do exposto acima, fazemos o seguinte questionamento: o que acontece com a autoria nas plataformas digitais colaborativas? Essa função é apagada nesse espaço?

Outra noção da Análise de Discurso que é preciso mobilizar nessa pesquisa para nos ajudar a compreender nossa questão de pesquisa é a de memória. De acordo com Payer (2006), a noção de memória de forma geral é um conceito trabalhado nas Ciências Sociais e nas Ciências da Linguagem. Na perspectiva da história, conforme Le Goff (1990, p. 449), a memória “[...] tem um papel considerável no mundo social, no mundo da cultura”. Segundo o autor, nas sociedades sem escrita existiam os homens-memória, que eram detentores das histórias objetivas e ideológicas, esses eram considerados guardiões dos códices reais e eram conhecidos também como historiadores da corte e genealogistas. Durante esse período, a memória coletiva era organizada por meio dos mitos de origem e das classes dominantes que estavam relacionadas com a religião.

Le Goff (1990) salienta que a escrita possibilitou que a memória coletiva se desenvolvesse de duas maneiras distintas. Primeiro: a escrita nas pedras e nos mármores dos fatos de destaque nos templos e praças possibilitou a afirmação e publicidade das conquistas da época, na qual podemos dizer que a memória guardada era a de um vencedor. Segundo: temos a memória escrita relacionada aos documentos, com o objetivo de registrar as informações para a posteridade.

Na perspectiva da Análise de Discurso em relação com a Biblioteconomia, de acordo com Clarinda Lucas (2000, p. 26),

O passo seguinte nos leva à fronteira onde a memória se torna história; os reis criam instituições-memória: arquivos (diplomáticos, financeiros, administrativos), bibliotecas, museus, memória real onde os reis narram acima de tudo os seus feitos.

Ao adentrarmos na questão da memória discursiva, Courtine, de acordo com a leitura de Payer, é um dos principais autores a trabalhar a noção de “memória” na Análise de Discurso. Segundo o autor, “a noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas” (COURTINE, 1981 apud PAYER, 2006, p. 36).

A memória discursiva permite e sustenta os dizeres, os sentidos em circulação. Conforme Orlandi (2001), para que uma palavra ou expressão tenha sentido, é preciso que ela já tenha sentido, ou seja, que ela signifique, que tenha uma memória. Segundo Orlandi (2009, p. 29), a memória discursiva “tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso”.

Na perspectiva discursiva, a noção de memória discursiva está em relação com a noção de interdiscurso, e, por sua vez, de pré-construído, de discurso transversal e nos remete também a já ditos, ditos e possíveis dizeres em outros lugares. A memória discursiva é também constituída de esquecimentos, silêncios e falhas. A memória está em relação às condições de produção do discurso (ORLANDI, 2009).

Para Pêcheux (2007, p. 42),

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória discursiva se atualiza por dizeres que determinam os processos de identificação do sujeito em determinadas condições de produção do discurso. Orlandi (2009, p. 31) salienta que o “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, pois o que já foi dito anteriormente produz efeitos no discurso.

Pêcheux (1988, p. 162) define interdiscurso como “o todo complexo das formações ideológicas”, ou ainda, como “o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (p. 162)”. O autor considera então o interdiscurso um universo dos dizeres possíveis (e não possíveis) de serem enunciados por determinadas formações discursivas produzidas em relação às formações ideológicas.

O interdiscurso não opera de forma mecânica, como se fosse imutável. O interdiscurso é determinado pela história, pelo político (divisão de sentidos nas relações de força, de poder), é passível de produzir diferentes sentidos, a partir do que já foi dito. Por meio do interdiscurso, o que já foi dito pode ter sentidos outros.

Ao tocar na questão da memória discursiva, Pêcheux (1997) salienta que a memória não é como um “reservatório” que armazena informações. Para o autor

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

A partir do exposto podemos dizer que o processo de produção do discurso não é autossuficiente, ou seja, o discurso não existe ou significa por si próprio, no discurso os sentidos se relacionam com outros sentidos, de outros lugares. Ou, conforme Pêcheux (1997, p. 77), “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”. Nesse sentido, o autor ainda reforça ser “impossível definir uma origem das condições de produção, pois esta origem, a rigor impensável, suporia uma recorrência infinita” (p. 87).

Ao falar que um discurso não significa por si próprio, não podemos deixar de mencionar uma das principais características da memória: a repetição. Nos dizeres de Payer (2006, p. 38-39), “a repetição domestica a memória [...]. O reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos”. A questão da repetição nos leva a outro conceito: o da paráfrase ou, conforme Orlandi ([1983] 2011a, p. 137), ao “retorno constante a um mesmo espaço dizível”.

Apesar da repetição e da paráfrase serem fundamentais para a significação e produção de um discurso, isso não quer dizer que não haja, nesse processo rupturas, deslocamentos ou alterações. Não podemos deixar de mencionar também que existe no processo de constituição da língua, a polissemia. Conforme Orlandi ([1983] 2011a, p. 27), a polissemia é como “força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado”, ou seja, que produz rupturas. A polissemia é então o diferente, o “novo”. Mas vale frisar que, para a AD, o novo não é necessariamente uma informação ou um dado mensurável, o novo, nesse caso, está

relacionado aos possíveis sentidos no processo discursivo, ou, de acordo com Orlandi ([1983] 2011a, p. 139),

[...] o novo, nessa perspectiva, não é exclusividade do foco nem precisa ser um lugar em um segmento da linguagem. É intervalar. É o resultado de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem, este intervalo não é vazio, é o espaço configurado pelo social. Efeito de sentido. Multiplicidade.

Pêcheux (1988), ao falar sobre o discurso e sua relação com o sujeito, retoma uma perspectiva de L. Althusser. Segundo esse autor, os indivíduos são constituídos em sujeitos, por meio de condições materiais, através da ideologia, para que produzam sentidos. As plataformas digitais colaborativas trabalhadas nesta pesquisa são um espaço que os sujeitos são individualizados e identificados à determinadas formações discursivas que os levam a se constituírem em posições sujeito denominadas de “usuários”, na Internet. Podemos dizer que esses sujeitos, que enunciam por uma posição sujeito “usuário”, são constituídos em uma forma-sujeito que funciona, discursivamente, por meio de formações discursivas que determinam os dizeres desses sujeitos no espaço digital.

Na Análise de Discurso, a forma-sujeito “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ORLANDI, 2006, p. 18). A autora ainda reforça que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (p. 17).

Pêcheux (1988), ao retomar Althusser, estuda a ideologia que é concebida como formação ideológica. Segundo Pêcheux, são as formações ideológicas que constituem a forma sujeito. Desse modo, podemos compreender que o sujeito está inscrito nas formações discursivas, como um processo que vem das formações ideológicas. Portanto, o sujeito, é um indivíduo interpelado por formações ideológicas.

Os sujeitos das plataformas digitais colaborativas analisadas nesta pesquisa se orientam através de uma formação que conforme Pêcheux (1988), é um pré-construído, pois o discurso se relaciona com outros discursos. A forma-sujeito da qual tratamos hoje é a capitalista, impulsionada pelo digital.

A forma-sujeito se destaca na sociedade atual devido ao número expressivo de “usuários” da Internet. Conforme Lévy (199), por meio do espaço virtual foi possível que os sujeitos estabelecessem “conexões virtuais” e assumissem posições (no espaço digital).

Na perspectiva filosófica temos que

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. Para aqueles que não as praticam, esclarecemos que, longe de serem frias, as relações on-line não excluem as emoções fortes. Além disso, nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem no ciberespaço. Enfim, é raro que a comunicação por meio de redes de computadores substitua pura e simplesmente os contatos físicos: na maior parte do tempo é um complemento ou um adicional (LÉVY, 1999, p. 133).

Podemos dizer, então, que os sujeitos “usuários” das plataformas digitais colaborativas são sujeitos que estabelecem conexões com outros “usuários” da plataforma e fazem parte também de uma “comunidade virtual” que tem como característica possibilitar a troca de materiais via essas plataformas.

Conforme já mencionado, Pêcheux (1988) coloca que o sempre-já sujeito é um pré-construído, assim sendo é um elemento externo ao discurso, ou seja, um “efeito ideológico”. É esse efeito ideológico que possibilita os dois tipos de esquecimento. Primeiro: o esquecimento número 1 ou ideológico, no qual o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer.

[...] o esquecimento número 1 é o que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Ou seja, o sujeito se constitui pelo esquecimento do que o determina (ORLANDI, [1996] 2009, p. 21).

Já o esquecimento número 2, é da ordem da enunciação, no qual o sujeito diz de um modo, apagando outras formas de dizer.

[...] o esquecimento número 2 é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Ao longo do seu dizer vão se formando famílias parafrásticas de tudo aquilo que ele podia dizer, mas não disse (ORLANDI, [1996] 2009, p. 21).

A partir dos ensinamentos de Pêcheux e Orlandi, podemos compreender, então, que, nas plataformas digitais colaborativas analisadas, pela posição sujeito “usuário” é produzido um imaginário de liberdade de “uso”, de acesso livre. Conforme Silva (2017, p. 49-50), com o advento da *internet*, há um

[...] imaginário de um acesso livre e ilimitado à informação, proporcionado pela forma do espaço digital, e a leitura que se abre em possibilidades através do hiperlink, são elementos que caracterizam a leitura e seu funcionamento hoje, produzindo-se nessa relação a ilusão de transparência e completude.

Podemos dizer então que o espaço digital possibilita a esses sujeitos esse imaginário de “liberdade”. Liberdade essa para inserir materiais na plataforma e (com)partilhar arquivos com outros sujeitos. Essa noção de liberdade sem necessariamente responsabilidade é constitutiva de práticas de leitura da contemporaneidade, na ordem do digital, mas nem sempre foi assim. Como veremos no capítulo seguinte, eram poucas as pessoas que tinham acesso à “informação”, e esta não era (com)partilhada com a sociedade; apenas um “público seletivo” tinha esse “privilegio”.

3 SENTIDOS DE BIBLIOTECA

Na história temos diferentes sentidos de biblioteca em funcionamento. Essa palavra não significa o mesmo na antiguidade e na contemporaneidade. Nas produções no campo das Ciências Sociais Aplicadas e da Linguagem circulam, de um lado, diferentes sentidos de biblioteca como, por exemplo, “guardiã de acervos”, “depósito destinado a guarda de materiais”, e de outro lado, sentidos de biblioteca como uma organização propulsora do conhecimento, que utiliza as tecnologias disponíveis para ampliar e divulgar seus produtos e serviços, tais como consulta e renovação *on-line*, lista de novas aquisições por *e-mail* dos usuários cadastrados na biblioteca, entre outros. A partir disso observamos que há diferentes fatos sobre biblioteca e sua relação com a tecnologia, na história, que demandam por interpretação.

Nos recortes a seguir, constituído pela literatura da área da Biblioteconomia, trazemos ao leitor diferentes discursos que circulavam em relação à biblioteca, concebida como uma instituição de guarda de materiais. As bibliotecas da antiguidade tinham o sentido de acesso restrito, de um espaço para depósito de materiais, como descrito a partir de alguns dos recortes. Posteriormente, temos os recortes que definem³ as palavras bibliotecas digitais e virtuais, em que os autores tentam separar esses dois tipos de biblioteca, mas como veremos essa distinção desliza para uma indefinição. Trazemos também os novos discursos outros em circulação em relação à biblioteca. Vejamos os recortes a seguir.

Recorte 1

As bibliotecas da Antigüidade (sic.) [...] se constituíam em locais de armazenamento de documentos, com sistemas precários de recuperação e acesso. Elas se ocupavam em armazenar a maior quantidade de rolos de papiro e, posteriormente, pergaminho atribuindo status e poder aos seus imperadores nas regiões onde se encontravam. Estas bibliotecas reuniam escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios (MORIGI; SOUTO 2005, s. p.).

³ Sobre a questão da definição, Dias (2012, p. 56) “A definição, em perspectiva da Análise de Discurso. Não é compreendida como delimitadora de sentidos, mas como uma prática social constitutiva da relação do sujeito com o discurso”.

Recorte 2

A palavra biblioteca, de origem grega, pode ser traduzida como depósito de livros. Realmente, foi inicialmente imaginada para armazenar grandes ou pequenas quantidades de livros, placas de argilas, papiros ou pergaminhos. Somente séculos depois foi reconhecida como disseminadora da informação. *No início, as bibliotecas eram para poucos*, como o era saber ler e escrever (NASCIMENTO; PINTO; VALE, 2013, p. 13, grifos nosso)

É nessas condições de produção de sentidos que se constitui o efeito de origem da palavra ‘biblioteca’ como advinda da palavra grega “βιβλιοθήκη, composta dos radicais βιβλίον, “livro”, e θήκη “depósito”, ou seja, “depósito de livros” (BASTOS, [2010], s. p.)”.

Ao dizer que a biblioteca é um “depósito de livros” ou para armazenar livros de grande valor, produz-se um discurso em que se inscrevem sentidos de que a biblioteca é restrita, que o saber ali “guardado” é valioso para ter acesso público, ou ainda, que é necessário preservar fisicamente (sem acessar ou utilizar) para a posteridade. As bibliotecas, nesse discurso, são definidas pelos sentidos de restrição, no qual poucos eram autorizados a entrar e utilizar seus acervos. Assim, privilegiando-se os sentidos de guarda, no senso comum a biblioteca é imaginada de forma limitada, silenciando-se várias atividades de mediação e uso do espaço biblioteca que são realizadas.

Os sentidos de/sobre bibliotecas enquanto “depósito de livros” ou “guardiã” ainda são difundidos, e ainda há a circulação de discursos que reproduzem a noção de biblioteca como um espaço de depósito de materiais. Ao se enunciar um determinado sentido, outros são silenciados. Os sentidos estão determinados em relação às condições de produção dos discursos e à memória discursiva.

Quando trabalhamos com a etimologia da “biblioteca”, por exemplo, em Chartier (1994, apud MOREIRA, 2016, p. 259), biblioteca é “um aposento ou lugar onde se colocam livros; galeria, construção cheia de livros”. A biblioteca, assim, é entendida como um espaço físico que armazena documentos textuais. Realidade diferente das bibliotecas da atualidade, que não possuem em seus acervos somente documentos textuais, em face ao desenvolvimento tecnológico, as bibliotecas possuem também materiais eletrônicos ou *on-line*.

Ribeiro (2010, s. p.) afirma que a etimologia da palavra biblioteca é “cofre do livro”. Temos, a partir dessa afirmação, a biblioteca com o sentido de proteção dos saberes ali guardados, do qual não são todas as pessoas que possuem a chave e/ou a senha para utilizá-la. Mais uma vez, a biblioteca, mesmo em outro discurso, tem o sentido de restrição.

Através de diferentes posicionamentos, observamos que há uma construção de estereótipos acerca da biblioteca, sentidos que foram através do tempo consolidados e marcaram a história das bibliotecas. Assim sendo, podemos dizer que em determinadas condições, alguns sentidos de biblioteca prevaleceram, evidenciados, enquanto outros foram silenciados.

Conforme Orlandi (2007), entende-se que o silêncio atravessa as palavras dando sentido às mesmas, portanto, não se trata do silêncio como ausência de palavras, ou como pausa da fala, mas como parte do processo de produção de sentidos.

O dicionário Grego-Português, de Bølting, traduz a palavra *βιβλιοθήκη* como “coleção de livros dispostos ordenadamente” (BÖLTING, 1953, p. 146).

Ao definir biblioteca como “coleção de livros dispostos ordenadamente” (BÖLTING, 1953, p. 146), o autor propõe um deslocamento nos sentidos de biblioteca, pois biblioteca passa a ser determinada por sentidos de um espaço em que armazena livros de forma organizada, seguindo determinados critérios. Observa-se, porém, que por essa definição a biblioteca tem em seu acervo somente livros, o que difere da composição dos acervos das bibliotecas atuais.

Atualmente as bibliotecas não são apenas físicas, elas podem ser, também, digitais ou virtuais, não possuem no seu acervo apenas livros, mas também periódicos, CDs, DVDs, *e-books*; estão em redes sociais, possuem banco de dados, entre outros materiais (BASTOS, [2010?]). Vejamos os recortes a seguir.

Recorte 3

As bibliotecas, sejam elas consideradas físicas ou virtuais, [objetivam] preservar e organizar os registros do “pensamento humano”, expressos nos mais variados suportes, a fim de que, através dos “serviços a elas vinculados”, estes “registros possam ser perfeitamente localizáveis” (MILANESI, 2002, p. 9-10)

Recorte 4

A biblioteca virtual é totalmente virtual, embora possa parecer redundante, é isso mesmo. Para acessar seus conteúdos faz-se necessário ter um software que permita a navegação pelo espaço virtual da biblioteca para localizar as informações que estão residentes em vários sites e servidores (ASSIS et. al., 2008, p. 82).

Recorte 4.1

A biblioteca digital combina a estrutura e a coleta da informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática. A informação digital pode ser rapidamente acessada em todo o mundo, copiada para preservação, armazenada e recuperada rapidamente. Uma característica ímpar na biblioteca digital em relação à biblioteca convencional é dada pelo princípio consagrado de como a informação é organizada. [...] uma biblioteca digital – uma coleção de informação digitalizada e organizada – tem um potencial informacional que dificilmente terá sido alcançado por alguma biblioteca convencional, isto é, ela pode entregar a informação diretamente na mesa do usuário [...], não sofrendo os desgastes naturais decorrentes do uso intensivo do documento impresso. (CUNHA, 2008, p. 5)

Recorte 4.2

A biblioteca digital [...] caracteriza-se por ser essencialmente on-line e disponibilizar os conteúdos em diversos tipos de mídia (vídeos, textos, imagens etc.) na íntegra e residente em meios eletrônicos de propriedade da instituição responsável por ela (ASSIS et. al., 2008, p. 82).

Recorte 4.3

Bibliotecas digitais são um conjunto de fontes eletrônicas e serviços técnicos associados para a criação, pesquisa e uso da informação, que possibilitam uma extensão e um aumento do armazenamento da informação e dos sistemas de recuperação de informação, manipulando dados digitais em qualquer meio (texto, imagens, sons, imagens dinâmicas e estáticas) em redes distribuídas de trabalho. O conteúdo das bibliotecas digitais inclui dados e metadados que descrevem vários aspectos do dado (representação, criador, dono, direitos de reprodução) e metadados que consistem em ligações ou relacionamentos com outros dados ou metadados, sejam esses externos ou internos à biblioteca digital (BORGMAN, 1996, p. 6, tradução nossa).

Quando falamos em “virtual” ou “digital”, no âmbito das bibliotecas, podemos fazer algumas relações com a biblioteca tradicional ou física. A biblioteca tradicional ou física é constituída por um prédio, com paredes e móveis e seus conteúdos informacionais representados pelo acervo que a compõe. Para se visitar ou fazer empréstimo de materiais é preciso ir fisicamente ao espaço. Já a biblioteca virtual ou digital como não existe fisicamente (não possui paredes ou mobiliário) ela pode ser usada e consultada à distância, via *internet*.

Outra diferença que podemos apontar entre as bibliotecas físicas e as digitais é a organização da informação. Nas bibliotecas convencionais a maior parte do seu acervo é constituído por papel. Para Sayão (2008), esse tipo de biblioteca organiza e mantém obras

com valor cultural ou educacional. O autor ainda salienta que as obras podem ser consultadas e também emprestadas, mediante um controle de retirada e, posteriormente, devolvidas.

Já a biblioteca digital utiliza a estrutura e a coleta da informação usada pela biblioteca tradicional, por meio da informática. A “informação” disponibilizada na biblioteca digital pode ser rapidamente acessada através de computadores, *tablets* ou *smartphones* (SAYÃO, 2008).

Observamos que, apesar das tentativas dos autores em buscar uma definição que separe ou que diferencie o que é biblioteca digital e o que é biblioteca virtual, as definições acabam por se (con)fundirem, não ficando em evidência qual a diferença entre biblioteca digital e virtual.

No discurso digital, baseado na “regra do digital 0 e 1” (DIAS, 2013), temos em funcionamento outras percepções de espaço, pois dentro deste há dispersão de e sentidos sendo produzidos, em um espaço marcado pelos relacionamentos *on-line*, por compartilhamentos, comentários, entre outros. A sociedade atual está inserida em uma conjuntura que “barreiras” são rompidas, em que há outras leituras do espaço e no espaço, ao qual a Internet proporciona novas formas de interatividade.

Dias (2015, p. 75, grifos da autora) salienta que o espaço digital é marcado pelas seguintes características

- *temporalidade*: constituída por outros paradigmas que escapam a qualquer cronologia. O tempo do digital é o do acesso e da circulação. Um arquivo digital é sempre atual ou, melhor dizendo, passível de atualização pelo acesso. (Ex.: ao comentar uma postagem do Facebook, independentemente da data em que foi postada, ela se atualiza na linha do tempo).

- *instabilidade do arquivo*: diz respeito à sua mutabilidade. É comum lidarmos com sites, textos, blogs, vídeos, etc. que sofrem atualização ou ficam indisponíveis. Faz parte do modo de circulação do próprio digital.

- *dimensão e heterogeneidade do arquivo*: lidamos com uma infinidade de textos na internet. Quantidade. Paráfrase.

- *autoria*: muitas vezes nos deparamos com materiais que não têm um “nome de autor” ou uma chancela institucional e temos que descartá-los pela demanda de “legitimidade” do arquivo.

- *leitura dispersiva*: a leitura se desloca do fio temporal linear passando a predominar a ordem espacial, na qual se impõe a visualidade [...]. Para compreender o arquivo na internet, precisamos compreender a dispersão constitutiva desse arquivo, que impõe um ritmo ao trabalho de leitura.

A partir do exposto observamos que o espaço digital produziu mudanças significativas na sociedade, seja em suas relações históricas ou sociais, na ideologia, na constituição dos sujeitos e nos sentidos. As informações circulam pelo digital de uma outra maneira, em diferentes meios, afetando assim, o modo como o sujeito se significa.

Percebe-se que os sentidos de biblioteca em circulação são outros, ela não é mais somente um “depósito de livros”, ela tem seus objetivos transformados, passando de mera guardiã do conhecimento para uma organização propulsora do conhecimento, ou ainda, reduzida e significada como fonte de informação na Sociedade da Informação. Conforme salientam Fragoso e Duarte (2004, p. 167), as bibliotecas são “preservadoras e geradoras de conhecimento”, é “[...] um local onde está arquivado um conjunto de ‘registros de conhecimento’ – seja ele escrito, desenhado ou pintado”.

Temos a biblioteca como uma organização que possibilita a preservação do conhecimento, mas também que possibilita a geração de informações. A biblioteca proporciona a propagação do conhecimento, não estando este restrito a uma classe determinada ou a um grupo de pessoas específico.

Atualmente as tecnologias passam a ser determinantes no processo de informatização das bibliotecas, auxiliando os bibliotecários nos processos técnicos e também na divulgação e acesso de seus produtos e serviços.

Recorte 5

Atualmente as bibliotecas contam com recursos tecnológicos que possibilitam ao profissional comunicar-se com os usuários virtualmente; agilizar o processamento técnico; disponibilizar documentos em formato eletrônico, podendo ser acessado por inúmeros usuários ao mesmo tempo em qualquer lugar do mundo; ou até mesmo criar uma biblioteca totalmente digital. Isto ampliou as possibilidades da biblioteca e do bibliotecário, que deixa de estar estritamente ligado à instituição biblioteca, já que as fontes de informação ultrapassam as suas paredes. Hoje, o objetivo de uma biblioteca é disponibilizar informação. O meio em que é possível armazenar e oferecer um maior número de informações é o meio eletrônico (MORIGI; SOUTO, 2005, s. p.).

Com a informatização, há uma deriva de sentidos de biblioteca.

É comum que as bibliotecas sejam significadas, na atualidade, como centros de estudos, lugares de produção de saber e troca de experiências. Não se pode ignorar, no entanto, que tais sentidos são da ordem de uma evidência que apaga uma série de questões e impede certas discussões (MARIANI; TRAJANO; DIAS, 2018, s. p.).

No recorte 5, temos em funcionamento novos sentidos em circulação sobre a biblioteca. Ser caracterizada ou definida como um “depósito” não cabe mais à biblioteca. As tecnologias e, em especial, a *internet*, propiciaram mudanças no funcionamento das bibliotecas. O digital propiciou que as bibliotecas tenham catálogos *on-line*, e de acesso 24h (vinte e quatro horas) por dia, que pode ser consultado por qualquer “usuário”, em qualquer lugar, desde que esteja conectado à rede. A *internet* possibilitou que o processamento técnico dos materiais (catalogação, classificação e indexação) fosse realizado de maneira mais rápida e ágil, e que estes materiais possam ser consultados *on-line* rapidamente após este processo, não sendo mais necessário uma atualização manual do acervo. Com a *internet*, a atualização do acervo é feito em um clique, e com a possibilidade de que o “usuário” receba no seu *e-mail* a lista atualizada das novas aquisições da biblioteca. A biblioteca é costumeiramente utilizada por seus frequentadores para a realização de suas pesquisas ou trabalhos acadêmicos, que buscam a tranquilidade da biblioteca para seus estudos ou para suas leituras de lazer. A biblioteca não é mais destinada exclusivamente, portanto, a um grupo seletivo de pessoas, a biblioteca destina-se a quem deseja ocupar o seu espaço.

A partir do exposto, podemos ver como as bibliotecas tiveram diferentes sentidos ao longo de sua história. A biblioteca não é mais apenas um “depósito”, essa definição não cabe mais. A biblioteca é um espaço que possibilita que as informações circulem, um espaço que dissemina informação e propaga o conhecimento.

3.1 As bibliotecas na história

Ao longo da história das bibliotecas podemos observar as suas transformações. As bibliotecas, inicialmente, eram espaços de acesso restrito, e poucos podiam manusear seus acervos. Realidade bem diferente das bibliotecas atuais, em que o que se difunde é a garantia de acesso aos seus conteúdos. Realidade que foi possível também, em parte, pelo uso da tecnologia.

A biblioteca de Nínive, também denominada como biblioteca de Assurbanipal, uma das mais deslumbrantes da Antiguidade, foi criada pelo Rei Assurbanípal II, rei da Assíria em 668 a. C, atual Iraque. É considerada a primeira biblioteca do mundo! Seu acervo era

constituído por blocos de argila com escrita em caracteres cuneiformes (SANTOS, 2012). A biblioteca era instalada no próprio palácio do Rei. Seu acervo era composto por uma coleção de cerca de vinte e cinco mil placas de argila, com textos das ciências da natureza, geografia e astrologia. Apesar de a biblioteca de Nínive ter sofrido um incêndio, seu acervo não foi destruído, por ser composta de tabletes de argila (MARTINS, 2001).

Em 1842,

[...] arqueólogos ingleses encontraram as ruínas da biblioteca de Assurbanipal, de onde retiraram uma quantidade que chegou a 30.000 tabletes, que foram depositadas no museu britânico. Assim tornou-se conhecida a forma de organização da biblioteca (BAEZ, 2006, p. 38).

Conforme Martins (2001), a biblioteca de Nínive adotava um sistema de organização de acervos, havia um catálogo com anotações dos títulos das obras e quantos volumes faziam parte da obra, o que já mostra a preocupação em adotar critérios que facilitassem a organização da biblioteca.



Figura 1-Biblioteca de Nínive

Fonte: <https://www.slideshare.net/AlexsandroMenezesdaS/memria-escolar>

Outra biblioteca da Antiguidade que merece destaque é a de Pérgamo. Essa biblioteca era localizada na Ásia Menor, fundada por Átalo I e seu filho, Eumenes II. A biblioteca era parte de um projeto em que pretendia-se transformar a cidade de Pérgamo em um grandioso centro crítico e literário da Ásia Menor (SANTOS, 2012). Conforme Martins (2001) esse desejo grandioso tinha como objetivo competir com a biblioteca de Alexandria.

A biblioteca de Pérgamo tinha um acervo de cerca de duzentos mil volumes. Um acontecimento que merece destaque sobre a biblioteca de Pérgamo foi a invenção do pergaminho que era resistente e também reciclável, sendo utilizado por cerca de mil anos como suporte para a escrita (MARTINS, 2001; DIAS, 2012).

A biblioteca de Alexandria, que é considerada uma das mais antigas do mundo, segundo Mariani, Trajano e Dias (2018, s. p.), dispunha de grande parte do patrimônio cultural e científico da Antiguidade: “A biblioteca não só continha um imenso acervo como também prezava pelo estímulo ao espírito científico e investigativo, oferecendo uma contribuição cultural incalculável à humanidade”.



Figura 2-Ruínas da Biblioteca de Alexandria

Fonte:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/02/14/in-tolerancia-religiosa-x-biblioteca-de-alexandria/>



Figura 3 - Acervo da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade

Fonte: <http://www.descobriregipto.com/biblioteca-antiga/>

A biblioteca de Alexandria foi fundada pelo Rei do Egito, Ptolomeu I Sóter. Os eruditos responsáveis pela biblioteca eram considerados os homens mais sábios da época. Na história, temos um discurso ficcional (ou não) de que na biblioteca de Alexandria aconteceram 3 incêndios: o primeiro por ordem do imperador romano Aureliano; o segundo em 392, quando o imperador Teodósio I a destruiu com outros edifícios pagãos; e o terceiro em 640, pelos muçulmanos, sob a chefia do califa Omar I (NASCIMENTO; PINTO; VALE, 2013). Seu acervo reunia a maior coleção de manuscritos do mundo antigo, estimando-se que seja em torno de 500.000 (quinhentos mil) volumes.

Um fato que merece destaque em relação às bibliotecas de Alexandria e Pérgamo, é a rivalidade que existia entre as duas instituições, em relação à maneira como os estudiosos da época direcionavam seus estudos filológicos. Alexandria especializou-se nas edições de textos literários e na gramática (DIAS, 2012). Enquanto que Pérgamo, direcionou seus estudos na filosofia, sobretudo a filosofia estoica, em especial a lógica (DIAS, 2012).

Nesse sentido, temos que a biblioteca de Pérgamo reuniu grupos generosos de eruditos e literatos, que foram designados a fazer estudos linguísticos e também literários, para também competir com a sua biblioteca “rival”, Alexandria. Há uma convicção de que, na biblioteca de Pérgamo, foram guardados, durante mais de um século, manuscritos de Aristóteles, sem edições ou novas publicações. Reza a lenda também, que Marco Antônio, general romano, deu a Cleópatra, rainha do Egito, como presente de casamento, todos os volumes de Pérgamo para que fosse incorporado ao acervo de Alexandria, esvaziando as prateleiras de Pérgamo (MARTINS, 2001).

A rivalidade entre os centros culturais de Alexandria e Pérgamo culminou na proibição, por parte dos Ptolomeus, da exportação do papiro para Pérgamo. Essa proibição a exportação tinha como objetivo enfraquecer o centro cultural de Pérgamo. Em razão desse embargo, os estudiosos de Pérgamo tiveram que desenvolver uma técnica antiga de preparar o couro de animais para uso na escrita. O suporte ficou conhecido como pergaminho, em homenagem a cidade de Pérgamo, que era reciclável e resistente, vindo a ser usado como o suporte predileto para a escrita pelos anos seguintes.

No ano de 1986, com o esforço entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o governo egípcio, teve início um estudo para a criação de uma nova biblioteca de Alexandria. Em 1988⁴, o presidente do Egito, Hosni Mubarak, inicia a construção da biblioteca, anexa a Universidade de Alexandria, com uma área de cerca de 32.500 m² (MEY, 2004).

⁴ Em setembro do mesmo ano, a Unesco e a União Internacional de Arquitetos, com financiamento do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, estabeleceram um concurso internacional de arquitetura, para o projeto da nova Biblioteca. Dos mil trezentos e vinte e quatro pedidos de participação, por arquitetos de setenta e quatro países, concorreram quinhentos e vinte e quatro projetos, de cinquenta e oito países. Venceram o concurso, em primeiro lugar: Snohetta Arkitektur Landskap, Oslo, Noruega (projeto executado). Em segundo lugar: grupo Manfredi Nicoletti, Roma, Itália. Em terceiro lugar: José Eduardo Ferolla e equipe, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil (MEY, 2004, p. 82).



Figura 4-Atual Biblioteca de Alexandria
 Fonte: <https://www.girassolviagens.com/a-moderna-biblioteca-de-alexandria/>



Figura 5-Interior da nova Biblioteca de Alexandria
 Fonte:
<http://olivroimpossivel.blogspot.com.br/2010/07/biblioteca-de-alexandria.html>

Apesar de terem o mesmo nome, são duas bibliotecas de Alexandria separadas pelo tempo, com objetivos diferentes, mas estão em relação pela memória. A biblioteca de Alexandria da Antiguidade tinha por objetivo preservar o conhecimento que era produzido nessa época, já a atual biblioteca, com um projeto arquitetônico inovador e encantador aos olhos de quem a vê, busca rememorar os momentos de glória de sua “ancestral”, propiciando inúmeras atividades como forma de atrair público para suas instalações.

3.2 As bibliotecas públicas

No século I a.C, os romanos pecuniosos criaram bibliotecas particulares com algumas obras gregas e latinas. Logo, com o aumento da procura por livros surgiu o comércio de copistas, e as primeiras livrarias, e posteriormente, deu-se o surgimento, em Roma, das bibliotecas públicas⁵ (MARTINS, 2001).

⁵ Vale ressaltar que, na contemporaneidade, sobretudo na Europa, algumas igrejas estão sendo transformadas em bibliotecas públicas ou livrarias. Como exemplo, citamos a Holanda, onde uma igreja dominicana do século XIII, foi transformada em biblioteca, mantendo-se arquitetura original. A sua arquitetura majestosa é um convite a turistas e amantes da leitura (G1, 2013).

Já na Europa Ocidental, a preservação da literatura ficou a cargo das bibliotecas dos mosteiros. Cada biblioteca tinha uma sala denominada *scriptorium*, que eram oficinas que os monges realizavam cópias manuscritas de obras clássicas e religiosas (MARTINS, 2001).

Como premissa, temos em um primeiro instante as bibliotecas tradicionais marcadas por seus espaços físicos delimitados, com suas coleções e o papel como suporte para o registro das informações. Bibliotecas como essas, denominadas “tradicionais”, segundo Sayão (2008), têm como algumas de suas funções o tratamento, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização dos seus documentos nos mais variados tipos de suportes físicos.

Ao falar do percurso histórico das bibliotecas, é importante também falar sobre as bibliotecas públicas e sua contribuição para a humanidade. De acordo com Martins (2001), a concepção de biblioteca pública⁶, similar a que temos na atualidade, foi cunhada por Júlio César, que ansiava a construção de uma, em Roma. Após o seu assassinato, Asínio Pólio, seu partidário, e Públio Terêncio Varrão⁷, escritor, tomaram frente do projeto de construção da biblioteca pública. E no ano de 39 a. C., Roma constrói, no Fórum Romano, sua primeira biblioteca pública.

Martins (2001) afirma que a primeira biblioteca pública de Roma era constituída por dois salões de leitura, em uma parte havia obras em grego e, a outra, em latim, decoradas com estatuetas de poetas e oradores representantes das duas línguas.

Após a queda da República e elevação do Império, inúmeras outras bibliotecas públicas foram criadas, em Roma. Com destaque para a Biblioteca Palatina, fundada pelo Imperador Augusto e integrada ao Templo de Apolo (SANTOS, 2012).

Como o Imperador Augusto, diversos imperadores romanos criaram bibliotecas públicas. A mais grandiosa biblioteca pública de Roma foi a Ulpiana, criada pelo Imperador Trajano. A biblioteca Ulpiana e a Palatina formam as duas bibliotecas de maior prestígio de Roma desse período (MARTINS, 2001).

6 Para Le Goff (1990), a partir do final do século XVIII e XIX, tem início, na Europa, a abertura das bibliotecas e arquivos ao público. Segundo o autor esse fato iniciou a fase da “pública disponibilidade de documentos” (p. 458).

7 Conforme Dias (2012), Varrão era um gramático latino que, através de seus estudos, propôs a distinção da gramática, por meio da apresentação de duas correntes distintas (anomalia e analogia). A distinção feita por Varrão propunha uma explicação racionalista em oposição a empirista, duas fortes correntes de pensamento que dominavam a época. A autora ainda afirma que os estudos feitos por Varrão contribuíram fortemente para a gramatização das línguas nacionais, posteriormente.

Conforme Santos (2012), as bibliotecas públicas romanas eram depositárias importantes de documentos públicos, e vale ressaltar também que, algumas dessas bibliotecas, realizavam empréstimos de leitura a domicílio.

Até o processo de informatização, o conhecimento tinha as bibliotecas como único espaço popular/público (já que há museus, arquivos, centros de documentação, etc) legitimado na sociedade. Os documentos eram reunidos em um espaço físico com o objetivo de atender a uma classe restrita de “usuários”, em que só era possível acessá-la localmente.

Vale ressaltar também que os sentidos de “público” são constitutivos das bibliotecas. Martins (2001) ressalta que a palavra “pública” deve ser vista em seu sentido mais profundo e em toda a amplitude de seu significado. A biblioteca pública deve ser aberta, democrática e socializadora. O reconhecimento da biblioteca pública ser “pública”, ou seja, do povo, possibilita a relação desse espaço com a comunidade, ampliando as possibilidades de acesso à informação e à propagação do conhecimento.

A noção de “público”, em relação às bibliotecas públicas, surge após a Revolução Francesa, a partir do momento em que biblioteca e arquivos foram abertos para consulta à população. Isso possibilitou que um maior número de pessoas tivesse acesso a documentos e/ou informações que registravam os direitos da e para a classe nobre aristocrática e clerical da época. Mas vale ressaltar que muitos desses materiais foram destruídos, para se “proteger” o passado e a tradição. Conforme Martins (2001), foi somente no século XIX que as bibliotecas públicas tiveram força, momento em que os serviços destinados aos usuários passaram a ser organizados de uma forma sistemática. Vale ressaltar que não foi somente a Revolução Francesa que impulsionou as bibliotecas públicas, o desenvolvimento industrial e o crescimento da urbanização, entre os séculos XVIII e XIX, contribuíram fortemente com essa instituição.

Logo, os sentidos que funcionam, em relação ao “público”, dizem respeito também à “socialização”, ao (com)partilhamento, não somente com familiares ou amigos, mas também com pessoas que não são conhecidas por um sujeito “usuário”, via *internet*, por pastas compartilhadas ou plataformas digitais.

Os sentidos de “público”, relacionados com essa pesquisa, estão ligados também com a potencialização, com o alcance propiciado pelas plataformas (Scribd e Minhateca), com a politização de ideias. Quanto mais “usuários” essas plataformas têm, mais “potencializadas”

ficam, produzindo um imaginário de que estas são públicas, mas com materiais da ordem do privado. Fazendo uma paráfrase, a Minhateca e o Scribd possibilitam a “difusão do privado”.

O público e o privado estão relacionados na sociedade. Conforme Orlandi (2011b, p. 697), “a divisão público/privado, como qualquer outra divisão que, para ter sentido, tem de se inscrever na história, não é evidente e é sujeita a equívoco”, ou seja, essa divisão de sentidos não tem origem em si, mas relaciona-se, inscreve-se nas condições de produção, com a memória discursiva, com os sujeitos.

Costumeiramente associamos o privado a algo pessoal, familiar e o público a algo coletivo, comum a “todos”, seja de ordem política, social ou econômica. Mas vale frisar que o privado pode sofrer interferência do público, por exemplo, a família sendo denominada como privada, pode sofrer interferência do Estado (considerado público) e também o oposto.

Em relação ao que é público, Orlandi (2011b, p. 700) salienta que este é “regido pelo jurídico”, ou seja, administrado pelo Estado (público) que

organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças às quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc (ORLANDI, 2011b, p. 696).

Conforme Arendt (2007), a palavra “privado” está em relação aos sentidos de privação. Segundo o autor um determinado sujeito, ao se privar de algo, não vivencia outras possíveis relações com processos externos.

Com o advento da *internet*, houve um deslocamento dos sentidos de “privado”. Quando um determinado material é (com)partilhado em uma plataforma digital ele não é mais da ordem do “privado”, ele passa a ser um documento da ordem do “público”, mas vale ressaltar que esse deslocamento não exclui o que é privado. Este continua a existir, mesmo que de certa forma “esquecido” nessas plataformas.

3.3 Das bibliotecas públicas às bibliotecas digitais

O que nesta pesquisa compreendemos como biblioteca digital constitui-se no final do século XX, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que possibilitaram a ampliação da produção de informações na forma do digital.

Podemos considerar como o início das bibliotecas digitais o Memex, o qual foi projetado por Vannevar Bush. O Memex seria uma máquina que armazenaria textos e imagens e possibilitaria que fossem criadas associações entre estes (ASSUNÇÃO, 2011).

O amplificador de memória, a máquina utópica concebida por Vannevar Bush em 1945, denominada por ele, ao acaso, de memex – por querer indicar, talvez, *memory extender* – é uma referência obrigatória para todos os que se debruçam sobre os antecedentes das bibliotecas digitais (SAYÃO, 2008, p. 6).

A definição de ‘biblioteca digital’ não é determinada precisamente, supõe-se que tenha surgido nos anos 80. Os discursos definidores de ‘biblioteca digital’, como conhecemos, vêm do advento da *web*.

Sayão (2008) define as primeiras bibliotecas digitais como basicamente coleções digitais, formadas por informações pessoais, organizacionais ou de grupos de trabalho e ambientes colaborativos. Essa definição de biblioteca digital é especificada por Assunção (2011) como perpassando duas linhas de investigação:

A primeira diz respeito à biblioteca digital como um fruto de um processo evolutivo das bibliotecas como um todo. A seguinte vê a biblioteca digital como uma ferramenta tecnológica que revolucionou o cenário das bibliotecas, mas, entretanto, fomenta a dúvida de que a biblioteca digital seja realmente uma biblioteca (ASSUNÇÃO, 2011, p. 4).

Na esteira das definições de biblioteca digital, Tammaro e Salarelli (2008, p. 119) salientam que o

[...] conceito de “biblioteca digital” não é simplesmente o equivalente ao de uma coleção digitalizada datada de instrumentos de gestão da informação. É, antes, um ambiente que reúne coleções, serviços e pessoas para apoiar todo o ciclo vital de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento.

Em um deslocamento das definições de biblioteca digital do campo da biblioteconomia, situamo-nos em uma relação desse campo com o da Análise de Discurso, em um entremeio, com o objetivo de produzir uma compreensão do funcionamento

discursivo das bibliotecas digitais, constituídas pela linguagem e por uma memória metálica na sociedade do conhecimento. Orlandi (2010a) define a memória metálica como aquela que é constituída por movimentos de repetição e reprodução. Ainda, segundo a autora, a memória metálica está relacionada ao armazenamento de dados no computador, ao funcionamento das mídias e também, com a quantidade de informações disponíveis e sua reprodução.

Conforme Orlandi (2010a, p. 9), a memória metálica é

[...] produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (...), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade.

Sobre o processo de produção de sentidos que funcionam pela memória metálica, Orlandi (2016, p. 76) ressalta que “[...] a posição autor e o efeito leitor são afetados pela natureza da materialidade significativa em que se configuram”. Assim, são de outra natureza e forma quando sua materialidade é o digital.

Para a mesma autora

[...] quando tomamos como objeto de reflexão o digital, em suas condições de existência e de produção – da ideologia pragmática (a da informação e da comunicação que engajam o cognitivo e o psicológico). O digital corresponde, nessa perspectiva, na conjuntura sócio-histórica que vivemos, à forma de linguagem que reflete o modo como a ciência, a tecnologia e administração se sobrepõem no funcionamento das práticas simbólicas que realizam o imaginário do sujeito pragmático. Ou seja: há contemporaneamente uma dominação pragmático-ideológica, seja como conhecimento, seja como produção do real. E as tecnologias, na forma que o digital oferece, correspondem à produção dominante dos processos de significação e de constituição dos sujeitos (ORLANDI, 2016, p. 78).

Problematizando a questão da “informação” na contemporaneidade, Orlandi (2016) afirma que estamos vivendo em uma “sociedade da informação” e, nesse sentido, é preciso que saibamos distinguir informação e conhecimento.

Na circulação e acesso à informação, importa a quantidade. E ela funciona de modo serializado, ou seja, produz efeitos pela sua variedade. Para o conhecimento, não é a quantidade, mas seu modo de produção que importa, e a relação que estabelecemos entre linguagem, mundo e pensamento, resultando em sua compreensão. Além disso, importa muito como o conhecimento está significando nas relações que estabelecemos com a sociedade (ORLANDI, 2016, p. 3).

Informação e conhecimento são ao mesmo tempo causa e feito de si mesmos. Para Ferreira, Anjos e Ferreira (1999, p. 1109), informação é “o ato ou efeito de informar-se”, podemos dizer, então que a informação é o ato de tomar conhecimento ou instruir-se sobre alguma coisa.

Informação é um produto, uma substância ou matéria, pode ser também conhecimento inscrito sob forma escrita, oral ou audiovisual. A informação ao ser passada para o computador ou papel é reduzida para forma de dados, por estes, não possuem discernimento para entender o significado contido na mensagem, depende então de cada leitor para que a mensagem volte a ser informação (COELHO, 2009, s. p.)

Assim sendo, podemos dizer que a informação é um conjunto de dados (como por exemplo o alfabeto) que separados não produzem sentidos, mas em um determinado contexto, como por exemplo, em um texto passam a significar, pois os dados (ou símbolos) são decodificados pelo leitor.

O conhecimento para Ferreira, Anjos e Ferreira (1999, p. 529), “é o ato ou efeito de conhecer”. Para Nonaka e Takeuchi (1997, p. 65), “o conhecimento é pessoal, adquirido através da prática, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado [...]”. Para os autores o conhecimento é pessoal e leva em consideração o contexto histórico e social do sujeito leitor.

Podemos dizer, então, que o conhecimento são um conjunto de experiências, mitos e valores. Já a informação é compreendida por meio da leitura de dados que são transformados e assimilados em conhecimento.

Orlandi (2017) ressalta que, na perspectiva discursiva, com o digital, há um imaginário que o conhecimento está relacionado quase basicamente com a tecnologia, e que há em circulação um imaginário de completude, de precisão, propiciado pelo digital. Ainda para a autora

[...] a relação entre o digital com a tecnologia e a informação traz a relação inevitável com a quantidade. Isso, para a informação, já para o conhecimento, não é a quantidade, mas seu modo de produção que importa, e o modo de relação que estabelecemos entre linguagem, mundo, pensamento, resultando em sua compreensão (ORLANDI, 2017, p. 239-240).

Mas vale ressaltar que apesar de o digital propiciar o excesso de “informações” não é a quantidade, o acúmulo que importa, mas como o conhecimento, o saber é agregado aos sujeitos que ressignifica sua relação com a sociedade.

Com o advento da *internet*, há uma evidência de que os sentidos são as informações e de que essas ficaram disponíveis de forma mais rápida e fácil: mas será que todos têm acesso a essas informações? Ou essa ideia de completude vinda da era da *internet* faz parte somente de um imaginário? Orlandi (2006) nos diz que temos uma ilusão de igualdade, pois nem todos têm acesso às informações disponíveis na rede.

3.4 Sentidos de biblioteca e arquivo: tensões entre o físico e o digital

Em Biblioteconomia, quando dizemos a palavra “arquivo” podemos ter vários sentidos possíveis. Podemos associar arquivo a dados armazenados no computador, armários com gavetas que tenham pastas, caixas com documentos, entre outros (AIUB, 2012).

Na antiguidade as bibliotecas e os arquivos eram considerados uma só instituição. Inicialmente, em sua formação, tinham o intuito de registrar, reunir e organizar suas coleções para a preservação do conhecimento. A tarefa de organização e coleta de livros e documentos, era ligada à coleta de curiosidades com a finalidade de estudo e aquisição de conhecimento. Conforme Cavalcanti (1988), somente no fim do século XIII, houve a separação dessas duas organizações em razão das particularidades de suas coleções.

A constituição de arquivos e bibliotecas está associada com a passagem da oralidade para a escrita. Com essa transição da oralidade para a escrita, foi necessária a introdução de um suporte que registrasse o conhecimento do que era produzido na Antiguidade, que citamos, nesse período, como forma de registro, as bibliotecas e arquivos.

Conforme Nogueira e Araújo (2016), a criação dos arquivos é anterior às bibliotecas. Durante o período helênico (que compreende o período da história da Grécia e de parte do Oriente Médio), houve um equívoco, ao considerarem o mesmo nome para ambas as instituições – biblioteca e arquivo, devido à finalidade de “depósito” que ambas instituições tinham na época. Sabe-se que os primeiros registros armazenados em bibliotecas referiam-se a temas sagrados e/ou litúrgicos; já nos arquivos, eram armazenados uma grande variedade de documentos, tais como: cartas régias, contratos, recibos, etc.

Durante muito tempo a caracterização de bibliotecas e arquivo se confundiram, não apenas pela finalidade e/ou forma física dos documentos, mas, sobretudo, pelo objetivo de ambas de armazenar o máximo de documentos possíveis produzidos pelo homem. Para Cavalcanti (1988), é essa a principal razão de bibliotecas e arquivo serem vistos e definidos na Antiguidade como uma única instituição, pois ambas tinham o objetivo de armazenar tudo o que fosse possível. Assim sendo, podemos dizer que, nesse período, devido ao objetivo de acumular, bibliotecas e arquivos eram sinônimos de depósito, em que a prioridade não era a disseminação das informações ali contidas, mas a guarda para as futuras gerações.

Conforme Nogueira e Araújo (2016), bibliotecas e arquivos são instituições que coletam, preservam e facilitam o acesso ao patrimônio cultural e científico em diversos suportes. Arquivos e bibliotecas são instituições a serviço da comunidade.

Arquivos e bibliotecas são

[...] entidades distintas que: colecionam documentos visuais representados pelos próprios objetos; preservam “todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades, e guardados ou depositados, para preservação, por aquela entidade, ou por seus legítimos sucessores, como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos”; - colecionam registros da informação e mantêm os serviços e respectivo pessoal, cuja atribuição é a de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, de pesquisa, de educação de seus usuários. A expressão registro da informação está sendo empregada em seu sentido mais amplo, a fim de abranger todas as espécies documentárias - não importa qual o seu suporte físico - que possuam conteúdo informativo (CAVALCANTI, 1988, p. 5-6)

Mariani (2016, p. 10) diz que o arquivo é “[...] uma prática de conservação e preservação dos rastros do homem, prática que com o tempo tornou-se uma instituição com uma complexa organização”.

Na perspectiva discursiva, segundo Dela Silva (2015), compete ao analista de discurso questionar a noção de arquivo. Para Orlandi (2000, s. p.), “um arquivo não se encontra, se constrói”. E que “constroem-se arquivos junto a maneiras de ler” (ORLANDI, 2000, s. p.). Pode-se entender, então, que existem diferentes maneiras de se ler o arquivo. Nós construímos arquivos junto a nossa maneira de ler e desse modo é fundamental descrever os princípios e procedimentos que sustentam nossos gestos de análise na posição sujeito analista de discurso.

Logo, se a noção de arquivo é, entre outras coisas, um grupo de documentos que está relacionado a determinado tema, sendo este grupo de documentos pertinente e estando disponível, é porque, de alguma maneira, este arquivo já passa por certos gestos de leitura. O arquivo é, portanto, determinado por gestos de interpretação. Não se trata, porém, de uma leitura analítica de arquivo propriamente dita, mas de uma leitura que leva por injunção a outras leituras, a determinados documentos, que estão em relação a um tema ou outro.

Conforme Pêcheux ([1982] 1994), o arquivo é um espaço potencial de leituras. O autor não fala de uma leitura analítica de arquivo, mas de uma leitura que possibilita distinguir se um documento se refere a um determinado tema ou a outro.

Com o passar do tempo, a distinção entre arquivos e bibliotecas veio a acontecer durante a Idade Moderna. O período da Idade Moderna, conforme Martins (2001), foi marcado com o aperfeiçoamento da imprensa dos tipos móveis de Gutenberg, que propiciou uma maior ampliação e alcance do documento impresso e, como consequência, surgiu a necessidade de criação de um espaço de guarda para esses tipos de documentos, a biblioteca. A invenção da máquina de escrever, em 1714, por Henry Mill, foi outro fator que contribuiu para com essa separação, pois constituiu condições para impulsionar a circulação de textos, caracterizados, nesse período, por uma formatação regular e homogênea dos documentos.

Em relação ao arquivo, o que tem contribuído para a distinção deste com a biblioteca, foi a ampliação das atividades administrativas dos Estados Nacionais Modernos, que possibilitou o crescimento dos arquivos como instituições primordiais para o desenvolvimento de atividades políticas administrativas e também do entendimento de documento como testemunho e/ou prova de um fato (NOGUEIRA; ARAÚJO, 2016). Esses fatos possibilitaram que bibliotecas e arquivos centralizassem seus acervos e separassem suas atividades e, também, qual tipo de material que iriam fazer parte de seus acervos.

Na atualidade, com o uso das tecnologias por essas duas organizações – arquivo e biblioteca - novas possibilidades surgiram para ambas. As tecnologias sustentam condições para que os acervos das bibliotecas e dos arquivos sejam

[...] acessíveis, inclusive fora dos seus limites institucionais, já que o perfil dos novos usuários os caracteriza como consumidores e pesquisadores de informação, sob qualquer forma: artigo, livro, fotografia, música, mapa, objeto etc. Localizados, ou não, fisicamente em um arquivo, biblioteca ou museu; desde que os recursos de busca e acesso sejam eficientes (NOGUEIRA; ARAÚJO, 2016, p. 204).

Algumas semelhanças e diferenças podem ser levantadas entre arquivo e biblioteca. As bibliotecas, semelhante aos arquivos, têm, em relação aos seus acervos e também suporte de armazenamento de informações, informações registradas em livros, documentos, CDs, DVDs, periódicos.

Outra semelhança que pode ser levantada é em relação aos instrumentos de tratamento das informações. Para manter arquivo e biblioteca organizados, é necessário que determinados critérios padronizados sejam seguidos para facilitar tanto a organização física dos acervos como a posterior recuperação da informação por seus usuários.

Santa Ana, Campos e Calmon (2015) salientam que esses instrumentos padronizados “[...] são construídos e atualizados regularmente, de acordo com as mudanças nos suportes, bem como as necessidades de usuários e das unidades”.

Mais uma semelhança é em relação à preservação do acervo: arquivo e biblioteca realizam ações de preservação e conservação de seus acervos, fazendo pequenos reparos nos documentos danificados que compõem o seu acervo (SANTA ANA; CAMPOS; CALMON, 2015).

Bibliotecas e arquivos podem ter também como semelhança o público usuário, estes podem ser, em ambos, público, privado ou restrito. E podemos levantar também como semelhança em ambos, que a coleção de documentos seja constituída por estes bibliográficos, como, por exemplo, livros e periódicos, e, também, os não bibliográficos, como mapas, filmes, e, por fim, o acervo digital, tais como *e-books*, atas, etc.

Em relação à constituição de acervos, em bibliotecas e arquivos, esse processo ocorre de maneiras distintas. Nas bibliotecas esse processo se dá por meio de compra, doação ou permuta, já em arquivos é por transferência ou depósito. Enquanto os materiais de bibliotecas, em alguns casos, podem ser restituídos pelo processo de compras; os materiais de arquivos, quando destruídos ou extraviados, não podem ser adquiridos, pois existem apenas uma cópia dos mesmos.

A partir do exposto, observamos que bibliotecas e arquivos são espaços do conhecimento, que, pela leitura, são o mesmo e o diferente em potencial. Podemos observar também que as transformações produzidas na história e na sociedade possibilitaram a dissociação das bibliotecas e arquivos como uma única instituição isso foi possível, em grande parte, pelas políticas de formação das coleções e pela diversidade de seus acervos.

4 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS

Neste capítulo analisaremos o *corpus* constituído por recortes dos textos de duas plataformas digitais colaborativas que estão disponíveis na *internet*, em que seus “usuários”, cadastrados, podem fazer *upload* dos documentos, em diversos formatos. Nem tudo que está disponível na *internet* é autorizado para *download*, ou seja, está legitimado para compartilhamento, porém, com o advento da *internet*, há uma evidência de que os sentidos são as informações e de que essas estão disponíveis de forma mais rápida e fácil: mas será que todos têm (facilidade de) acesso a essas informações? Como se constitui esse imaginário?

O imaginário, segundo Orlandi (1994, p. 56), “medeia a relação do sujeito com suas condições de existência”. A autora ainda salienta que as formações imaginárias estão presentes nos discursos, pois causam um efeito de realidade (ORLANDI, [1996] 2009).

Para Pêcheux ([1975] 1997, p. 82)

[...] as formações imaginárias se relacionam a processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.

Pêcheux ([1975] 1997, p. 82) ressalta também que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Nesse sentido, questionamos se o discurso sobre a *internet* propiciou um imaginário de socialização do conhecimento, ou seja, de que o “acesso” ao conhecimento foi facilitado pelo compartilhamento massivo de “informações”. Seria esse “acesso” a uma grande quantidade de “informações” da mesma ordem da circulação do conhecimento?

O gesto de (com)partilhar obras via *internet*, nesse caso, pode nos remeter ao imaginário de que é possível dividir, distribuir, partilhar algo com outros, como forma de socializar, divulgar, disseminar diversos tipos de materiais, favorecendo que mais “usuários” tenham também oportunidade de acesso a esses. Por um lado, há uma profusão de

informações disponíveis, mas, por outro lado, essa profusão de “informações”, lançadas sem uma posição de responsabilidade com a interpretação, com a circulação do conhecimento, satura e cristaliza a possibilidade de constituição dos sentidos pelo sujeito, na ordem do digital.

A partir disso, o bibliotecário, como um “profissional da informação”, é colocado no lugar de quem deve orientar seus “usuários” quanto a essa questão do compartilhamento via *internet* e do uso dessas plataformas, sobretudo dentro do espaço acadêmico, pois, conforme nos lembra Pêcheux (1997, p. 57), é necessário ter uma “posição ética e política de responsabilidade do sujeito com a interpretação”, trabalhando (n)a (in)tensa relação produzida por uma repetição técnica, seriada, da “memória metálica” (ORLANDI, [1996] 2009).

A questão do compartilhamento de obras não autorizadas, via *internet*, nos leva a pensar sobre a questão do cinismo, pois os “usuários”, de certa forma, sabem que essa prática não é legal, mas, mesmo assim, repetem este ato de (com)partilhamento. Baldini e Di Nizo (2015, p. 138) nos lembram que o cinismo é “um certo modo de funcionamento social” e que pode ser pensado em “relação com as condições de produção, com os lugares de enunciação e com a memória” (p. 136). Podemos, assim, compreender que os “usuários” das plataformas analisadas realizam a prática de (com)partilhamento como uma prática comum e que faz parte do social e do cotidiano dos “usuários” da *internet*. Por outro lado, questionamos sobre a maneira como esse cinismo é evidenciado como uma transgressão do “usuário”, ou seja, como o próprio discurso de gestão produzido pelas plataformas instaura esse lugar, pelo qual o “usuário” é levado a se inscrever para produzir sentidos, para ter acessos a essa forma de circulação de obras.

Sobre o funcionamento da *internet*, Dias (2005, p. 41) afirma que “diante da mudança provocada pelo surgimento da Internet na sociedade, criamos novas formas de relação com o conhecimento, de relação entre os sujeitos, de relação com a sociedade [...]”. Nesse sentido, o discurso sobre o digital tem propiciado uma nova forma de se compreender o espaço, pois neste existem diferentes materialidades em funcionamento, há diferentes sentidos sendo produzidos e, conseqüentemente, outros sentidos se atualizam ou podem vir a se atualizar.

Cardoso e Castells (2005) reforçam que estamos vivendo em uma era globalizada tecnologicamente, e a sociedade está absorva em uma conjuntura na qual as barreiras geográficas são extintas e formaram-se novas formas de “interatividade” que foram

propiciadas pela *internet*. De uma perspectiva discursiva, conforme Dias (2004), esse espaço tecnológico pode ser vivenciado de maneira digital, sem se manter fisicamente preso a um determinado lugar.

A respeito desse espaço digital e das formas de circulação dos sentidos nele, Orlandi (2017, p. 244) ressalta que o “[...] discurso digital tem sido, de forma dominante, refém da ideologia pragmática: a do excesso, do efêmero visível, do sujeito da impaciência, do conteudismo (informação), do relacionamento (selfies, o outrar-se)”.

A profusão de sentidos de tecnologia e das formas de acesso ao conhecimento deu condições para a constituição de outra maneira de se denominar a sociedade, ou seja, a “sociedade da informação” (ORLANDI, 2016). Conforme colocado por Orlandi (2017, p. 239), tornou-se “comum dizer-se que somos uma sociedade da informação, da tecnologia, do digital”. São essas algumas das denominações em evidência, no nosso cotidiano.

Sobre os sentidos de “digital”, Costa (2002, p. 17) afirma

[o termo digital] carrega uma série de conotações, entre as quais não se poderia deixar de mencionar o acúmulo de dados, a possibilidade de manipulação de informações, e sobretudo, a ampliação de nossa participação e comunicação nos mais variados aspectos, seja por meio de um fax, um celular ou da Internet.

E sobre os sentidos de “*internet*”, Santos (2009, p. 93) salienta

[a *internet*] é um dos fatores dentro do processo de avanço tecnológico, e no nosso entender, trata-se do mais revolucionário meio tecnológico da era digital, na medida em que revolucionou as comunicações por meio de seu alcance global.

Os sentidos de “Internet” são determinados pelos sentidos de “digital” e, por sua vez, de “comunicação global”, de “informações”, de “revolução ou avanço tecnológico”. Desse modo, considerando o trabalho sobre os sentidos de biblioteca, em nossa análise buscamos compreender como se dá o processo de produção de sentidos de “Biblioteca digital”, estabelecendo como recorte sentidos inscritos na discursividade das “bibliotecas digitais” pelas quais são compartilhadas obras não autorizadas para disponibilidade na *internet*.

Antes de apresentarmos o processo de constituição do *corpus* desta pesquisa, é importante salientar que existe, na *internet*, bibliotecas digitais que são legalizadas e que são organizadas em relação às políticas públicas de direitos autorais do modo como materiais são

disponibilizados como, por exemplo, o Scielo e o Portal de Periódicos da Capes. Em ambas as bibliotecas há um Comitê que avalia o que deve ou não deve ser incluído, bem como o que deve ou não deve ser excluído da base, observando-se também o perfil de seus “usuários”, tendo, desse modo, uma responsabilidade com a interpretação e, por sua vez, com a autoria no espaço digital. A partir disso, podemos considerar que existem, nestas bibliotecas, uma política de desenvolvimento de coleções, sustentada por uma posição sujeito profissional comprometida com a produção de gestos de leitura dos materiais a serem disponibilizados.

Na constituição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, é importante salientar que este trabalho é desenvolvido por uma bibliotecária do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e, é da posição sujeito de quem trabalha com bibliotecas digitais que nos propomos a produzir uma análise discursiva sobre a constituição das bibliotecas digitais em circulação, na *internet*, especificamente sobre as que compartilham obras “protegidas” pelos direitos autorais. Para esta pesquisa, realizamos um levantamento das seguintes plataformas: Minhateca, Scribd, Ebah, SciHub. E dentre elas, recortamos como *corpus* empírico da pesquisa as plataformas digitais Minhateca e Scribd, pois são dois espaços popularizados e considerados os mais fáceis de compartilhamento (segundo experiências ouvidas no cotidiano de trabalho desta pesquisadora), ou seja, para o envio (*upload*) e o recebimento (*download*) de materiais. A escolha pelas plataformas Scribd e Minhateca, e não pelas outras citadas, se deu por serem essas duas as mais usadas entre os acadêmicos e mais difundidas entre esse grupo, bem como por terem em seus “acervos” uma diversidade significativa de materiais. Outro fator que contribuiu para essa escolha foi o fato de não haver muitos trabalhos acadêmicos discutindo ou analisando o funcionamento dessas plataformas.

Esse gesto de recortar já é parte de nosso gesto de análise sobre a discursividade das bibliotecas digitais e os recortes a serem analisados. De acordo com Orlandi (1989, p. 36), o recorte refere-se a “uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. Para a autora, cada texto é um conjunto de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam; um recorte é um fragmento da situação discursiva e a análise empreendida efetua-se por meio de seleção dessas unidades extraídas do *corpus*, ou mesmo dos recortes, observados os objetivos da pesquisa (ORLANDI, 1989). Assim sendo, o recorte é a parte do processo de definição, a “escolha” de uma parte do objeto, vindo de uma

inquietação ou questionamento do analista, podendo estar materializado no texto, imagem, música, etc.

Uma questão que nos chamou a atenção, na posição sujeito pesquisadora: as formas como se dão as escolhas dos materiais disponibilizados para uso e os critérios usados na “escolha” do que deve ou não ser incorporado no acervo das plataformas, em ambas plataformas digitais trabalhadas nesta pesquisa. Considerando esse gesto de leitura, colocamos a questão: como são produzidas as projeções de possíveis leitores desses materiais ou, dito de outro modo, como se constitui o “leitor virtual” (ORLANDI, 2003) dessas bibliotecas?

4.1 Sobre as políticas de formação e de desenvolvimento das coleções das bibliotecas em (não) funcionamento na organização do digital

Tradicionalmente, as bibliotecas, sejam físicas ou digitais, devem ter uma política de desenvolvimento de coleções para a formação “coerente” dos acervos. Essa política deve ser definida com vista a atender às demandas do público leitor e também pela necessidade de seleção de materiais para a formação de seus acervos.

O desenvolvimento de coleções, como atividade de planejamento, deve ter um plano detalhado preestabelecido a fim de garantir um mínimo de continuidade ao processo e correções de rota, quando necessárias. É o que se costuma chamar, genericamente, de estabelecimento de uma **política para o desenvolvimento da coleção**, um documento onde se detalhará quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios esta se desenvolverá (VERGUEIRO, 1989, p. 23, grifos nosso).

O que se denomina como “formação” e “desenvolvimento” de coleções é uma prática que vem sendo produzida e ressignificada na história. Nas bibliotecas da Antiguidade, segundo Weitzel (2002, p. 62), “a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial”. Durante esse período, dominava a ideia de acúmulo e armazenamento de coleções.

Na contemporaneidade, dentre as bibliotecas tradicionais, outros sentidos são possíveis, para além daqueles restritos de acúmulo ou de armazenamento, quando sentidos

tradicionais de biblioteca e de arquivo, por vezes, se (con)fundiam. Uma política de desenvolvimento de coleções deve informar

- a) que material fará parte da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato, incluindo a política da biblioteca para acesso aos materiais cuja posse não lhe é de interesse);
- b) **quando e sob quais condições** este material poderá **ingressar** no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.);
- c) que **necessidades específicas** e de **que parcelas da comunidade** ele deve atender (incluindo-se os: métodos para obtenção destas informações);
- d) **como será avaliada** a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporado à coleção (métodos para avaliação da coleção);
- e) **quando e sob quais condições** ele será **retirado** do acervo (políticas de remanejamento e descarte) (VERGUEIRO, 1989, p. 27, grifos nosso).

No que diz respeito ao material, nas políticas de formação e de desenvolvimento das coleções são definidos os tipos de materiais, bem como quando e a maneira como eles serão inseridos ou descartados. Essa definição, política, é determinada por sentidos produzidos em relação às demandas de certo público da biblioteca, possivelmente, o público leitor.

Vergueiro (1989) reforça que o desenvolvimento de coleções deve ser uma atividade com regularidade nas bibliotecas.

A partir do momento em que se passa a considerar o desenvolvimento de coleções como atividade rotineira das bibliotecas – afinal, as coleções não se desenvolvem no vazio, fruto de geração espontânea, qualquer desculpa para a não realização de todas as fases do processo perde sua razão de ser (VERGUEIRO, 1989, p. 18).

Vergueiro (1989) destaca que o processo de desenvolvimento de coleções se dá pelas seguintes etapas cíclicas, as quais trabalharemos, neste capítulo, em relação à constituição das plataformas de materiais na *internet*. Deste modo, temos que o processo de desenvolvimento de coleções é constituído de seis (6) etapas:

- 1) Estudo da comunidade;
- 2) Política de seleção;
- 3) Seleção;
- 4) Aquisição;
- 5) Avaliação;
- 6) Desbastamento e descarte.

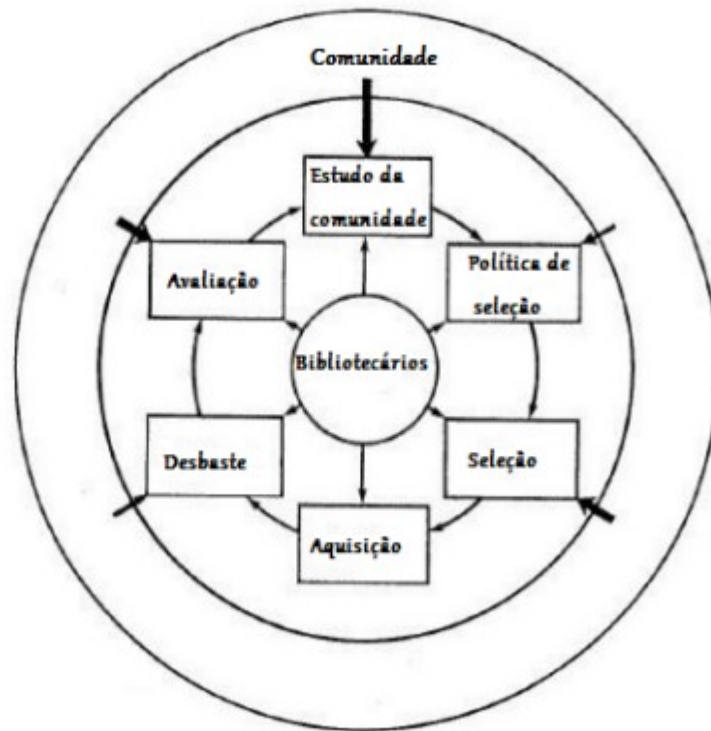


Figura 6 - Processo de desenvolvimento de coleções

Fonte: Adaptado de Vergueiro (1989, p. 17)

Em relação ao estudo da “comunidade”, nas bibliotecas tradicionais, é necessário traçar o “perfil da comunidade” ou de seus “usuários”, ou seja, dos seus leitores. Ao se fazer um estudo das demandas na “comunidade”, deve-se tomar uma posição de escuta social dos leitores, consultando-os sobre seus hábitos de leitura, suas sugestões, bem como acompanhar as regularidades dos materiais emprestados ou consultados nos “bancos de dados” das bibliotecas.

O que se define como “estudo da comunidade” é, conforme Figueiredo (1979, p. 45), “uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados, de um grupo selecionado”. Desse modo, as demandas de leitura, por vezes, são também demandas socioeconômicas e históricas.

Quando tomamos como objeto de pesquisa a constituição das “bibliotecas digitais” Minhateca e Scridb, observamos que não há um espaço definido para o público leitor (comunidade) na política de formação e de desenvolvimento de coleções. Uma primeira questão que retorna é: essas bibliotecas são determinadas por um possível imaginário de que

sua “comunidade” é todo mundo que têm acesso à *internet* e, por sua vez, o imaginário de que todos têm as mesmas condições e acesso à *internet*? Por meio dessa questão, podemos problematizar colocando que essas bibliotecas não têm um “perfil de usuários” definido e que não há estudos para saber suas reais necessidades “informativas” ou interesses em algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras.

Retomando as “etapas das políticas de formação e desenvolvimento das coleções”, temos, na segunda etapa, a “política de seleção”, na qual devem ser abordados os procedimentos a serem seguidos para selecionar os materiais. Nessa política, devem ser descritos os procedimentos a serem seguidos para se selecionar os tipos de materiais que irão compor o acervo. Nessa etapa, é recomendado que as bibliotecas produzam uma “política de seleção” para administrar e contribuir com o processo de produção dos bibliotecários. Segundo Vergueiro (1979), essa “política de seleção” é um “documento” que visa dar suporte às decisões sobre a seleção.

Na definição da “política de seleção”, segundo Santos et al. (2013, p. 6), o “documento” deve conter:

[...] missão institucional, metas e objetivos; análise da comunidade e necessidades de usuários a serem atendidos; liberdade intelectual e enunciados de acesso; delegação de responsabilidade para seleção de materiais; limite de assuntos gerais; níveis de tamanho de coleção e intensidade de coleção; limitações (linguística, geográfica, de forma); políticas detalhadas por assunto; políticas detalhadas por forma; doação, políticas de limitação de acesso, retenção e duplicação; relações cooperativas.

Com relação às plataformas digitais colaborativas em análise, uma inquietação se faz presente: como e quem faz a seleção das coleções *on-line*? Há critérios, por exemplo, de descarte? O que regula esse descarte são as denúncias de violação dos direitos autorais? Os “usuários” tomam a posição de “bibliotecários” ao “alimentar” essas bibliotecas? Seriam elas bibliotecas ou plataformas digitais colaborativas? Essas são questões formuladas quando colocamos em relação as políticas de seleção da biblioteca, palavra essa que se inscreve na história, por práticas sociais de leitura tanto de profissionais comprometidos com uma “cultura literária”, do campo das ciências sociais e humanas, das ciências da linguagem, bem como de profissionais de uma “cultura científica”, profissionais do campo das Ciências Naturais e Exatas, das Engenharias, entre outros. Antes de tudo, profissionais que se

constituem por uma posição ética e política de responsabilidade com a sua formação, com o conhecimento e seus processos de produção.

Sobre a terceira etapa de produção das políticas de desenvolvimento de coleções, a “seleção” diz respeito à decisão do que vai ou não ser incorporado ao acervo, após análise do “estudo da comunidade”, e após a criação da “política de seleção”.

O estabelecimento de critérios de seleção é uma tarefa bastante individual, subjetiva mesmo, que, deve ser realizada pelos *profissionais* levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis para aquisição e as próprias características do assunto ou do material objeto da atividade de seleção (VERGUEIRO, 1989, p. 40, grifo nosso).

No que se refere às plataformas digitais colaborativas analisadas, não encontramos uma política de seleção explicando o que deve ou não ser inserido na plataforma. É o próprio “usuário” que decide o que vai ser inserido e o formato (PDF, Word, etc) do material. O “usuário” é, nesse tipo de “biblioteca”, colocado na posição sujeito do profissional responsável pela seleção dos materiais.

Já a aquisição, quarta etapa do processo de desenvolvimento de coleções, conforme Maciel (2000, p. 21), é o “processo que implementa as decisões da seleção. Esta função inclui todas as atividades inerentes aos processos de compra, doação e permuta de documentos”. Esse processo se dá na maior parte das vezes através de compras. Assim sendo, deve-se, nas etapas anteriores, analisar o que é colocado como sendo realmente a necessidade de os livros selecionados serem incorporados ao acervo.

De acordo com Weitzel (2006, p. 29, grifo nosso), na aquisição “cabe ao *bibliotecário* de aquisição localizar os itens identificados no processo de seleção agregando-os às coleções por meio de compra, permuta ou doação”. Outra forma de aquisição de materiais é por meio de doação ou permuta, em que é feita uma análise a fim de definir se os materiais oriundos deste tipo de aquisição serão ou não incorporados ao acervo.

No Scribd e na Minhateca, podemos dizer que esse funcionamento se dá pela posição sujeito usuário, o qual é colocado no lugar daquele que faz a “aquisição”, ou seja, é o próprio “usuário” que faz a “aquisição” de obras para compor o acervo das plataformas. Novamente, o “usuário” é colocado/coloca-se no lugar social do bibliotecário, nesse jogo de imagens produzidas em relação ao que tem sido denominado de biblioteca digital. Nesse processo, pois, é o “usuário” que faz a aquisição, sem se preocupar com os meios (legais ou não) pelos

quais esses foram adquiridos e serão disponibilizados a outros usuários. Neste momento, cabe salientar que a palavra “usuário” das bibliotecas e “usuário” das bibliotecas digitais não tem o mesmo funcionamento, não produzem os mesmos sentidos. O “usuário” das bibliotecas, nas políticas de formação e desenvolvimento de coleções, está em relação ao sujeito leitor, a um possível leitor. Já o “usuário” das plataformas digitais é, primeiramente, reduzido a uma “identificação digital”, numérica, pela qual pode ser identificado na *internet* e pela qual pode ter acesso à plataforma, bem como participar de sua administração.

Na quinta etapa, a de avaliação, é quando se dá o processo que possibilita mensurar a importância e “adequação do acervo” com a finalidade do acervo, possibilitando assim a manutenção ou alteração dos processos de aquisição. Essa etapa é a mais importante do desenvolvimento de coleções, pois é quando se produzem condições de se avaliar se a formação do acervo condiz com as expectativas projetadas.

Weitzel (2006) ressalta que os métodos utilizados para a avaliação do acervo são divididos em: quantitativos (tamanho e crescimento) e qualitativos (julgamento por especialistas, análise do uso real). E no que se refere a Minhateca e ao Scribd, em suas definições, em seus espaços digitais, não está dito se há algum tipo de avaliação dos materiais inseridos nas plataformas. Em nossa leitura de ambas as plataformas, observamos que há materiais (livros, artigos, capítulos de livros, apresentações), postados desde a sua criação, de diferentes áreas do conhecimento, o que possibilita interpretar que não há uma avaliação pelos “usuários” em relação a coleção que forma seus acervos. Porém, há uma avaliação digital prescrita que seleciona materiais “originais” para as plataformas, e “descarta” materiais duplicados, ou seja, que já compõem seus acervos.

Por fim, temos a sexta etapa da “política de desenvolvimento de coleções”, ou seja, a etapa de “desbastamento e descarte”. Conforme Vergueiro (1989), o “desbastamento” consiste em remover materiais do acervo e armazená-los em outro local. Todo o material removido deve ficar organizado e disponível aos “usuários” quando solicitado. O principal objetivo do “desbaste” é propiciar a abertura de espaço para inserção de novos exemplares ao acervo. Para o desbaste é necessário observar se as obras a serem retiradas estão sem demanda ou sem acesso por um longo período. Já o “descarte” “consiste na retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com a correspondente baixa [...] [do] registro” (WEITZEL, 2006, p. 37). Em relação ao desbaste ou descarte, nas bibliotecas digitais, Andrade e Araújo (2013) apontam que, diferentemente das bibliotecas físicas, o que há é a

remoção dos *links* de acesso aos materiais, sendo esses armazenados em outro local. O descarte, no caso de bibliotecas digitais, ocorre por meio de ruptura no contrato de disponibilização entre o autor e o responsável pelo gerenciamento da plataforma.

Ao contrário das bibliotecas tradicionais, a MinhaTeca e o Scribd não colocam em questão a necessidade se realizar “desbaste ou descarte” com a finalidade de liberar espaço para a inserção de novos materiais, por estarem armazenadas no espaço digital e, conseqüentemente, terem mais “espaço” para esse armazenamento do que as bibliotecas físicas. Em outra direção, diríamos que há uma política de acúmulo de materiais, por exemplo, em que para se fazer um *download* é necessário fazer um *upload* de um material digital ainda não disponibilizado na plataforma. Salienta-se que esse material baixado (*download*) continua disponível na plataforma, ele é apenas “copiado”, replicado, pelo “usuário”.

A partir das análises realizadas, podemos dizer, então, que o Scribd e a Minhateca, não são bibliotecas digitais como são chamadas, mas plataformas digitais colaborativas, pois como apontado por esta pesquisa, estas não têm as características e/ou estrutura de uma biblioteca digital. São plataformas colaborativas, pois são os próprios “usuários” que “alimentam” seu acervo com seus materiais e (com)partilham estes com outros membros. Vale ressaltar que a *internet* possibilitou que essas plataformas se popularizassem, e que o número de membros crescesse de forma considerável, levando os “usuários” a um imaginário de que é possível encontrar “tudo” que se necessita, em termos de “informação”, nestas plataformas, potencializando ainda mais seus acessos.

4.2 Minhateca

A Minhateca⁸ é um site de compartilhamento de materiais e está disponível na *internet* desde 2014. O site tem como objetivo oferecer aos seus “usuários” um “armazenamento gratuito” e “ilimitado”. A Minhateca tem um “*layout* simples” que “facilita o uso”. Para utilizar os serviços ofertados pelo site é necessário fazer um cadastro para criar

⁸ Em maio de 2018, o site Minhateca teve o endereço congelado e a plataforma saiu do ar após uma liminar da justiça de São Paulo após uma ação movida pela Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) acusando a plataforma de plágio.

uma conta. Essa conta pode ser aberta através de um *e-mail* ou pelo próprio *login* do *Facebook*. É possível também que o “usuário” acesse os serviços da plataforma através de um aplicativo de celular (MINHATECA, 2018). Vale ressaltar que, na história da Minhateca, houve um período em que a plataforma foi paga, ou seja, era necessário pagar uma mensalidade para ter acesso ao seu conteúdo, porém essa prática não durou muito tempo e a plataforma voltou novamente a ser gratuita.

Para que um arquivo seja baixado através do site, o “usuário”, deve enviar (*Upload*) um arquivo em um dos formatos aceitos pelo site (PDF, PPT, RTF, XLS, ODF) para que seja possível o *download* do arquivo que o “usuário” deseja. São os próprios “usuários” que fornecem os materiais disponíveis no site. Salientamos que o site, na guia “Termos e condições”, orienta os “usuários” quanto aos direitos autorais.

Recorte 6

Minhateca

Nesse recorte 6, trazemos o próprio nome da plataforma analisada – Minhateca. Separando a palavra em duas partes, temos: Minha e Teca. A palavra ‘Teca’ pode ser associada ao radical da palavra hemeroteca ou biblioteca, por exemplo, para essa pesquisa consideraremos o radical biblioteca. Ao associar teca ao radical da palavra biblioteca, pode indicar que aquela plataforma se trata de um lugar de armazenamento (caixa, depósito). Como já dito nesse trabalho, “teca” tinha, no início da história das bibliotecas, o sentido de depósito. Conforme análise dos sentidos da palavra biblioteca, temos que esse radical pode ter outros sentidos na história.

Ao retirar a palavra “biblio” e deixar apenas “teca”, há um apagamento da história das bibliotecas, ficando apenas “teca” o que fica é um “depósito de x”, em que x, tradicionalmente, é preenchido pela palavra “livros” como um dos sentidos etimológicos da palavra, mas poderia ser por outras palavras, por exemplo, em cinemateca, discoteca, fonoteca, hemeroteca, hoploteca, filmoteca, gliptoteca, ludoteca, oploteca, pinacoteca, quiroteca, videoteca e xiloteca. Fazendo uma paráfrase, com a questão da etimologia da palavra, podemos dizer que a Minhateca, pela relação com o pronome possessivo, pode ser

entendida como “Meu depósito”, pois na medida em que os sentidos dessa plataforma são terminados pela quantidade, pelo efeito de completude, totalidade.

O uso do pronome possessivo “Minha” indica uma relação de posse, sobre algo ou alguém. Assim, temos, a partir do uso desse pronome, a ideia de que o “usuário” que está acessando uma biblioteca é determinado pelo imaginário de que ela é (somente/também) sua com um acervo rico, diversificado e acessível a qualquer hora, sem limites para empréstimo, ou restrição quanto a conteúdos. A seguir, temos novamente em evidência um pronome possessivo “seu”.

Temos nesse recorte também a intenção da plataforma, em seu próprio nome (Minhateca) ser conhecida e denominada de biblioteca, e não de plataforma digital colaborativa.

Recorte 7

O **seu** disco na internet

No recorte 7, pelo *slogan* da Minhateca “O seu disco na *internet*”, podemos estabelecer relações com os sentidos de disco, o disco rígido ou HD dos computadores. O disco rígido é significado como aquele que possibilita o armazenamento de alta capacidade de arquivos e o armazenamento permanente de arquivos ou programas (CODÁ, [200-]). Essa ideia de disco pode estar em relação aos sentidos de “teca” assim como o “minha” em relação a seu, então poderíamos ter a seguinte paráfrase: “Minha Teca”, “Seu disco”. O diferencial aqui é adjunto adverbial de lugar, na *internet*. Podemos dizer também que o “seu” reforça o “minha” do recorte anterior.

Nesse recorte, observamos que há em funcionamento uma “memória metálica” (ORLANDI, [1996] 2009). Podemos considerar essa plataforma como um “espaço de arquivamento” (DIAS, 2013), no qual quanto mais se acumula materiais, mais notoriedade e mais pessoas são atraídas para usar a plataforma, pois a plataforma terá um “acervo” diversificado, quantificado e grande.

A Minhateca, ao incorporar esses materiais a sua base, constrói um arquivo no espaço digital, que muitas vezes os materiais em papel (físicos) são digitalizados e lançados à plataforma.

Conforme Dias (2013, n. p.),

Um documento físico, ao ser digitalizado, passa a ser outro documento, com propriedades específicas que podem singularizá-lo ou ainda esse documento pode funcionar como um recorte de um documento físico e estar determinado pelo funcionamento de ferramentas das novas tecnologias de linguagem.

Temos, então, nesse recorte 7, a ideia de um funcionamento voltado para o armazenamento em grande quantidade, em massa, facilitado. Dando continuidade à discussão sobre o funcionamento da memória metálica na base da produção de sentidos da MinhaTeca, a seguir, são colocados os recortes 8 e 9.

Recorte 8

Carregue múltiplos arquivos e pastas **inteiras**

Recorte 9

O usuário é **totalmente** responsável pelo cumprimento dos direitos de autor ou quaisquer outros direitos [...]

Temos, no recorte 8, as palavras “carregue” e “múltiplos” que produzem um efeito de quantidade relacionado com o de totalidade, de infinito. Conforme Dias (2015), a sociedade em rede produz um efeito de completude, de totalidade da memória (memória metálica). O uso dessas palavras conduz o “usuário” ao imaginário de poder fazer *downloads* à vontade, sem receios ou restrições. Não há na plataforma uma “atenção” com os direitos autorais? Ao usar a expressão “carregue múltiplos arquivos e pastas inteiras” essa “preocupação” não é deixada de lado? De quem é a responsabilidade pelos *downloads*? Seria somente o “usuário”, pois ao usar a palavra “Minhateca” esse lugar de responsabilidade também seria deslocado da atribuição aos gerenciadores da plataforma e não posto somente ao “usuário”. Seria constitutivo de uma posição sujeito do digital, da organização do digital, um certo cinismo em relação aos direitos autorais? Mesmo sabendo que é errado, eu faço *download* e *upload* de obras não autorizadas.

O uso do imperativo “carregue” está relacionado à noção de ordem, pelo falante e por outro lado, de obrigatoriedade quanto ao ouvinte. O uso do imperativo é definido como um modo de funcionamento da língua voltado para convencer alguém sobre algo. O imperativo

pode também indicar súplica ou exortação e é também considerado um elemento linguístico que indica a função apelativa ou conotativa da linguagem, pois tem como alvo o ouvinte, ou seja, ao qual são destinadas as enunciações. A forma imperativa “carregue” produz um efeito de um comando expressivo que indica ordem instituída pelo locutor ao seu ouvinte. Exerce uma “força diretiva”, pois, ao ser enunciada em uma plataforma na *internet* dá a entender que seus “usuários” podem realizar *downloads* e *uploads* sem nenhuma restrição.

Outro ponto a ser analisado pelos dois recortes é a questão do direito autoral. A partir do exposto, observamos que é de responsabilidade do “usuário” os arquivos que são enviados por ele à plataforma, inclusive as questões referentes aos direitos autorais. A lei que rege o direito autoral (Lei nº 9.610/1998 - LDA) no Brasil atualmente é recente se comparada com outros países. Ela foi criada em uma época em que não havia tantas tecnologias disponíveis e de rápido acesso.

A Propriedade Intelectual no Brasil está dividida em duas áreas: A Propriedade Industrial (patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares) regida pela lei 9.279/96 e a do Direito Autoral (obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e cultura imaterial), que é regida pela lei 9.610/98 (SCALCO, 2013).

Os direitos de autor, por sua vez, são divididos em duas partes: o direito moral e o direito patrimonial. Tratamos de direitos, no plural, para designar essas duas partes (FRAGOSO, 2009). O direito moral permite que o autor tenha seu nome publicado na obra, podendo recusar-se a modificá-la, ou mesmo suspender a sua utilização, caso esteja sendo usada de forma que prejudique sua imagem e/ou até mesmo sua honra. Por esse direito é dada a possibilidade de se reconhecer que a obra foi criada pelo autor e, por sua vez, de garantir que este receba créditos pela sua criação. “Esse direito é irrenunciável, ou seja, o autor não pode abrir mão dele nem vendê-lo ou transferi-lo” (KISCHELEWSKI, [200-], s. p.).

O direito patrimonial possibilita que o autor faça o uso e disponha de determinada obra da maneira como quiser. O autor tem os privilégios dos direitos patrimoniais somente durante um período. “Sendo assim, ele pode permitir que terceiros usem, traduzam e reproduzam sua obra, negociando sua utilização de forma integral ou parcial. Essa negociação pode ser feita em caráter gratuito ou não” (KISCHELEWSKI, [200-], s. p.). Assim sendo, o direito patrimonial é vendável.

Vale salientar que a *internet* não modificou os direitos autorais, a LDA também é válida no espaço digital, pois, em seu artigo 7, diz que “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, *expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro*” (BRASIL, 1998, grifos nosso). A questão é que, diariamente, milhares de pessoas infringem os direitos autorais na *internet*, fazendo uso indevido de obras de outros. O espaço digital, e em especial a *internet*, ocasionou uma situação inesperada no âmbito do direito autoral.

Basta tirar o material do site? Uma vez que entra em circulação na rede e é compartilhado, o funcionamento da “memória metálica”, esse material pode retornar em outros locais, inclusive do qual foi tirado. Vale ressaltar que a *internet* não é terra sem lei, é um espaço que atos ilícitos podem também ocorrer. Os atos que violam os direitos autorais podem ocorrer tanto no espaço físico como no digital. Dito de outra maneira: os sentidos do que é dito em um lugar está em relação ao que é dito em outro lugar. O sentido não está fechado em um texto, ele é determinado por uma rede de filiações de sentidos e mesmo que não estejam “explícitos”, eles estão em funcionamento. Espaço virtual, segundo Pêcheux, é um espaço de sentido em potencial, que funciona sustentando determinado dizer. Ou seja, o que está escrito na lei, também se inscreve no funcionamento dos sites de compartilhamento de livros, mesmo que essa lei não esteja evidenciada. Ao dizer que é de responsabilidade do “usuário”, é a ele que é projetada a responsabilidade da lei. Todavia, ao usar o imperativo, abre-se para a polissemia, para a divisão de sentidos: de quem é a responsabilidade, a escolha, a seleção, dos materiais do site de compartilhamento?

A LDA ao declarar em seu artigo 7, “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível (BRASIL, 1998)”, se refere também ao espaço digital, ou seja, as obras também são protegidas nesse espaço.

Sobre obras na *internet*, Santos (2009, p. 112) lembra que estas

[...] não perdem sua proteção quando digitalizadas, logo, não podem ser utilizadas sem prévia autorização. Muito embora seja fácil para qualquer pessoa que tenha acesso à Internet inserir algum material, bem como usar algum conteúdo disponível na rede, os direitos autorais continuam a ter vigência no mundo virtual.

Recorte 9

O usuário é **totalmente** responsável pelo cumprimento dos direitos de autor ou quaisquer outros direitos [...]

No recorte 9, temos em funcionamento a palavra “totalmente”, que produz um efeito de totalidade, uma noção de completude de sentido. Ao dizer “O usuário é totalmente responsável pelo cumprimento dos direitos de autor ou quaisquer outros direitos [...]” a Minhateca se coloca como isenta de qualquer responsabilidade em relação aos direitos autorais ou quaisquer outros problemas “legais” referentes ao que é incorporado à plataforma. Ora, mas não seriam também responsáveis pelo que está na plataforma, seus gerenciadores? Por que somente o “usuário” da plataforma é responsável pelo que está na base? Como gerenciadores da plataforma esses devem ser também considerados responsáveis pelo que está ali disponível para uso, e não somente o “usuário”, pois muitas pessoas ainda desconhecem a questão dos direitos autorais e pensam que, se está ali disponível na *internet*, pode ser armazenado e compartilhado sem nenhuma consequência. Além disso, ao se programar um *site* para que funcione de uma maneira e não de outra, a maneira como ele é definido, sem um espaço de leitura, por uma posição sujeito profissional, abre para a possibilidade de violação da lei dos direitos autorais.

Talvez coubesse aos gerenciadores do Minhateca explicitar aos seus “usuários” sobre o que pode ou não pode ser incorporado ao acervo, sobre quais as condições legais para esse armazenamento e também dar condições para que a plataforma seja mais seletiva sobre o que está na base. Dito de outro modo, produzir condições de verificação do material que está sendo lançado, se ele está de acordo com o que é definido na lei de direitos autorais.

Em relação a Minhateca, houve uma grande dificuldade em encontrar informações que sanassem dúvidas de algumas questões da pesquisa. Não foi possível identificar no site a sua origem, em qual país surgiu. Devido a alguns desvios gramaticais (inclusive na página inicial da plataforma) como “addcionar”, “minhateca é um aplicação”, “voce”, “o box é suportada por *windows*”, colocou-se em questão se são desvios linguísticos que ferem as “leis da gramática da língua oficial do Brasil” ou se são vestígios de uma “tradução automática” (AUROUX, 1998).

Outra questão que deve ser levantada é que na plataforma não localizamos um canal direto para denúncias de violações dos direitos autorais, como há no *Facebook*, por exemplo,

que o usuário pode fazer denúncias de conteúdos que violem os direitos das pessoas ou que seja ofensiva – em casos de uma ofensa racista ou homofóbica, por exemplo, no qual estes conteúdos são banidos do site de relacionamento. O que há é uma aba de “Entre em contato”, mas que leva o “usuário” a uma página de perguntas e respostas, o que na leitura dessa pesquisadora, é um meio de “interditar” o “usuário” para a efetivação dessa denúncia, diferentemente da aba “Contato para parceiros de negócio” que é possível preencher alguns campos e enviar a solicitação aos gerenciadores da plataforma. Vale ressaltar também que, devido a poucas “informações” disponíveis, não foi localizado na plataforma, casos de materiais que foram deletados devido a denúncias ou se essas ocorreram e quais foram as providências tomadas a respeito (se realmente se efetivaram).

4.3 Scribd

O Scribd é um site de compartilhamento de arquivos no qual é possível que seus membros (“usuários”) postem materiais de diversos formatos (PDF, PPT, RTF, XLS, ODF, ODG). Atualmente, o site possui mais de 50 milhões de usuários por mês e mais de 50 mil arquivos postados por dia. Para utilizar os serviços ofertados pelo site é necessário fazer um cadastro para criar uma conta. Essa conta pode ser aberta através de um *e-mail* ou pelo próprio login do *Facebook*. É possível também que o “usuário” acesse os serviços da plataforma através de um aplicativo de celular. O Scribd é de origem americana, e está sediado na cidade de San Francisco, na Califórnia (SCRIBD, 2018).

O Scribd permite a seus usuários:

- ✓ A criação de coleções de documentos;
- ✓ Conversão do formato de *upload* em outros formatos de *download*;
- ✓ Permite que os visitantes adicionem comentários ao documento;
- ✓ Licença de (re)utilização segundo o modelo *Creative Commons*;⁹
- ✓ Fornece estatísticas de acessos;

⁹ Com a licença *Criative Commons* os trabalhos são licenciados individualmente, o autor tem também a possibilidade de permitir a utilização de sua obra (inclusive a reprodução) por outros de acordo com os termos definidos na licença aplicada.

- ✓ O Scribd está conectado às plataformas Twitter, Facebook, Wordpress, entre outras, o que proporciona maior visibilidade aos documentos armazenados no site (SCRIBD, 2018).

A maioria dos arquivos do Scribd podem ser baixados gratuitamente, outros não. O usuário que desejar ter acesso ilimitado à plataforma paga uma mensalidade 8,99 dólares e ganha acesso a um catálogo exclusivo de mais de 100 mil *e-books* que podem ser acessados a qualquer momento, a partir do computador, do *tablet*, do *smartphone* (SCRIBD, 2018).

Em uma sociedade neoliberal, a questão do capital é posta como evidente, nos deparamos com o consumismo, a competitividade, o tempo. Por meio da publicidade, que muitas vezes, instiga os sujeitos ao gasto de forma desenfreada, determina as formas de consumo na contemporaneidade. A partir disso, podemos dizer que quanto mais materiais um “usuário” fornece ao Scribd, mais potencializa a venda no site, pois a plataforma vai cada vez mais enriquecendo e diversificando seu acervo.

Em relação aos conteúdos que podem ser baixados gratuitamente, há um critério: para um arquivo ser baixado, o “usuário” deve enviar (*Upload*) à plataforma um arquivo em um dos formatos aceitos pelo site (PDF, PPT, RTF, XLS, ODF, ODG) para que seja possível o *download* do arquivo que “usuário” deseja. Assim sendo, os próprios “usuários” alimentam a base com seus *uploads*, favorecendo assim que a plataforma tenha uma gama diversificada de materiais.

Na própria página do Scribd há informações de que a plataforma já infringiu a lei de direitos autorais e que houve processos devido a cópias ilegais de *best-sellers* armazenados no site. E que também houve postagens de documentos que proibiam a publicação livre da obra (SCRIBD, 2018).

Os *uploads* oferecidos pelas plataformas colocam os “usuários” como possíveis transgressores dos direitos autorais, pois muitas vezes a infringem. Não há, porém, um critério mais rigoroso sobre o que pode ou não ser postado na plataforma, nem há uma verificação criteriosa sobre o que o “usuário” está postando. Não há nada que indique/verifique se o material postado foi autorizado pelo autor ou não. O “usuário” é quem fornece os materiais para a plataforma, em um sistema de troca, que para fazer um *download* de um arquivo x, é necessário o *upload* de um arquivo y, que ainda não esteja no “acervo” da plataforma.

Vale ressaltar que há orientações aos “usuários” sobre os direitos autorais no site. Na guia “Termos de uso gerais” é especificado o que é conduta proibida aos “usuários”.

Recorte 10

Mantenha-se informado, descubra novas paixões, alimente sua curiosidade e nunca pare de aprender com acesso a tudo o que você quer ler.

Temos, nesse recorte, um discurso autoritário, em que novamente se atualiza o funcionamento imperativo, com uso das expressões “mantenha-se” e “alimente”. Orlandi ([1983] 2011a, p. 15) distingue três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário.

O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamáramos de polissemia aberta (o exagero é o non sense). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria). No discurso autoritário o referente está ausente, ocultado pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando).

Ressalta-se que, no discurso autoritário, existe uma restrição da polissemia, pois o discurso que circula, é de uma única posição sujeito, produzindo assim, um discurso de sentido único, ou sentido único como evidência. Uma característica do discurso autoritário é a imposição, que de certa forma fica apagada ou oculta.

O uso das palavras “mantenha-se”, “alimente”, caracteriza a função conotativa ou apelativa da linguagem, aquela que foca no interlocutor no intuito de persuadi-lo.

Ao dizer “alimente”, que é um discurso da nutrição, no qual alimentar-se é uma necessidade básica do ser humano, pelo funcionamento dessa palavra na plataforma temos em funcionamento outro discurso, outro sentido. O “alimente” do Scribd, não se refere à comida, mas ao usuário que “alimenta” a base, ou seja, aquele que “doa”, “socializa” materiais na plataforma para que outros possam se “alimentar”, usufruir daquele material.

Nesse recorte, temos um discurso autoritário dissimulado por um certo efeito de abertura da polissemia que se aproxima do discurso lúdico, do *non sense*, da metáfora ao falar de “paixões”, “curiosidade” ao mexer com palavras que são de outra discursividade.

Recorte 11

Nossa missão é mudar a maneira como o mundo lê.

No recorte 11, ao dizer que pretende-se mudar a forma como o mundo lê, subentende-se que as pessoas leem de forma inadequada na contemporaneidade, e que a leitura pelo formato digital, *on-line*, é a nova maneira de ler na atualidade, possibilitando que as pessoas descubram paixões, alimentem curiosidades.

Conforme Foucault (2012), as práticas de leitura estão submetidas a uma ordem discursiva que regula o que pode ou deve ser dito sobre um tema e as formas como esse dizer circulará. Orlandi (1993) ressalta que a leitura é produzida em um momento singular do processo de interação verbal, no qual se inicia o processo de significação, sendo que, no momento em que se realiza o processo da leitura, caracteriza-se o espaço da discursividade.

No que se refere à leitura deve-se compreender as suas condições de produção. O que está sendo lido, o dito e o não-dito e a quem se destina. É necessário lembrar também que as formações imaginárias estão presentes nas condições de produção da leitura, determinando-as.

Pêcheux, em dois de seus textos, discute sobre a questão do leitor e da prática de leitura. No livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (1997) fala do trabalho do leitor-analista. No decorrer de sua escrita discute o lugar da interpretação não somente para a Análise de Discurso, mas também em outras áreas do conhecimento. O autor ressalta que o pensamento religioso e o natural são caracterizados por deixar de lado a interpretação e não considerá-la para a constituição dos sentidos. Em ambos os casos, Pêcheux (1997) diz que a interpretação consiste em reconhecer os sentidos já-dados.

Já no texto “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux descreve a forma como os sujeitos se relacionam com os textos (literário e científico) e, conseqüentemente, com os sentidos. Pêcheux ([1982] 1994) ressalta que, nos textos literários, o leitor interpreta, pratica sua própria leitura, e que nos textos científicos, o leitor faz a decodificação do texto. O sujeito-

leitor constitui-se por memória discursiva que possibilita a constituição de sentidos. Constituição determinada pela memória.

O espaço digital põe em funcionamento uma nova maneira de entender o espaço. As diferentes materialidades que funcionam nesse espaço possibilitam a formação de outros discursos e conseqüentemente outros sentidos.

No recorte, temos também o uso da palavra “mundo”, que produz sentido de totalidade, é também uma nova maneira de se dizer “todos”, ou seja, a missão do Scribd seria possibilitar uma nova forma de se ler, por todos, de forma única.

Recorte 12

A plataforma de publicação aberta favorita do mundo. Além de fazer o melhor serviço de livro de membros, nós também construímos a plataforma aberta mais popular do mundo para publicar e compartilhar documentos de todos os tipos.

No último recorte, observamos a preocupação do Scribd de oferecer seus serviços “mundialmente” de forma aberta e de ser reconhecida como popular, do povo, intensificando esse efeito de totalidade. Podemos associar a expressão “publicação aberta” à ideia de uma plataforma colaborativa, pois os próprios “usuários” alimentam a plataforma “doando” arquivos em troca de outros. E mais, relacionado com o recorte anterior, essa colaboratividade “aberta” e “popular” tem que ser “a favorita do mundo”, produzindo mudanças na maneira como o mundo lê e alimentando paixões e curiosidades. Podemos dizer também que este recorte é atravessado/sustentado pelo discurso religioso de “partilhar” “dividir” com o outro, de não se restringir o acesso ao “conhecimento” e à “informação” somente para alguns. O acesso deve ser todos e tudo deve ser dividido.

Ao dizer “publicação aberta” podemos associar ao sentido de (com)partilhar *download* na plataforma, visto que para baixar um arquivo no Scribd o “usuário” deve “enviar” um arquivo inédito para o acervo da plataforma. Popular do povo, é de todos, mas nem todos têm acesso, pois nem todos podem pagar.

Ainda em relação à expressão “plataforma aberta mais popular do mundo” há uma contradição, pois o Scribd não é (totalmente) gratuito, há conteúdos que só podem ser acessados (baixados) mediante pagamento. Ora, se o usuário tem que pagar para acessar, ela

não é uma “plataforma aberta”. Temos também no recorte a preocupação da plataforma ser “popular”, do povo.

O Scribd possui um canal que os “usuários” podem fazer denúncias de violações sobre os direitos autorais tanto deles como de terceiros. A denúncia pode ser feita por meio de *e-mail*, *fax* ou envio de carta para o endereço listado no site, na qual as denúncias serão avaliadas pela equipe jurídica do Scribd. A plataforma ressalta em seu site que já sofreu denúncias em relação aos direitos autorais, mas não informa quais providências tomou a esse respeito. Essa função é apagada pelo impulso e compulsão por *downloads* e *uploads*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muito caminhar em textos, leituras, constituindo o corpus, por nossos gestos de análises, no batimento entre descrever e interpretar, no trabalho inscrito em um processo de produção do conhecimento, pela perspectiva da Análise de Discurso, e em especial no que se refere a busca pela compreensão da produção de sentidos sobre as bibliotecas digitais e plataformas digitais colaborativas, chegamos, enfim, as nossas palavras finais sobre esta pesquisa, mas iniciais e que abrem para diversas (possíveis) outras reflexões.

Ao fim dessa pesquisa, podemos concluir, então, que a biblioteca, na história, passou por reformulações em sua estrutura e, conseqüentemente, no seu funcionamento que a fazem significar de diferentes maneiras na sociedade. A palavra biblioteca, era significada como um “depósito”, um lugar e acúmulo de materiais, um espaço no qual o saber não circulava, era restrito. Com o advento das tecnologias, em especial da internet, a biblioteca deixou de ser significada somente como um depósito para também funcionar como uma organização que possibilita condições materiais para a produção do conhecimento. Da biblioteca de Alexandria e de Pérgamo às bibliotecas digitais, expomos o leitor a diferentes sentidos e discursos sobre a biblioteca em diferentes períodos. A partir disso entendemos que há diferentes sentidos e deslocamentos de sentidos sobre a biblioteca na sociedade e na história, que possibilitam que ela seja significada de diferentes formas, por diferentes posições sujeito, na contemporaneidade.

Descrevemos como temos a tecnologia sendo colocada como uma nova forma de (com)partilhar “informações”, em que temos em funcionamento novas concepções/leituras de/no espaço, nas quais outros sentidos e discursos são atualizados, em um espaço marcado pelos sentidos de interatividade e conectividade.

Nas análises das “bibliotecas” que foram tomadas como parte do objeto desta pesquisa, Minhateca e Scribd, buscamos trabalhar com recortes dos textos de apresentação dessas, descrevendo o modo como são significadas ou não em relação às políticas de formação de coleções e como a questão dos direitos autorais implica em uma responsabilidade do “usuário” sobre as formas como as obras circulam e funcionam na internet, produzindo sentidos.

Na posição sujeito bibliotecária, que se filia às políticas formação e de desenvolvimento de coleções, não é possível considerar o Scribd e a Minhateca como bibliotecas digitais, mas plataformas digitais colaborativas. Mas já por uma posição sujeito “usuário”, elas funcionam como uma espécie de biblioteca digital, dentro de um imaginário de que biblioteca é um depósito de livros disponíveis para serem lidos.

Não considerar o Scribd e a Minhateca como bibliotecas digitais, mas como plataformas digitais colaborativas, deve-se também ao fato de não haver nas plataformas analisadas uma política de formação e desenvolvimento de coleções, que norteie o que pode ou não estar em seus “acervos” e em quais condições, diferentemente das bibliotecas digitais que têm essa política traçada e definida. Não há, portanto, nessas plataformas, uma estrutura de biblioteca digital, que lhe seja possível ser atribuído uma legitimidade dessa nomenclatura.

Podemos apontar como contradição o fato de as plataformas terem sentidos de uma biblioteca privada/pública, pois, por exemplo, é “minha biblioteca”, mas é uma biblioteca que está no “público”, não é somente uma pessoa que tem acesso ao seu conteúdo. Podemos dizer, então, que a Minhateca e o Scribd possibilitaram a “difusão do privado”. As plataformas digitais colaborativas estão relacionadas também com os sentidos de “potência” no qual quanto mais “usuários” elas têm, mais isso as potencializa, provocando um imaginário de que estas às vezes são “públicas”, mas com materiais “privados”. Podemos compreender, então, que houve um deslocamento no sentido de “privado” e de “público”, pois os materiais, ao serem lançados nas plataformas digitais colaborativas pelos seus “usuários”, já não são mais “materiais privados”, mas “materiais públicos”, muito embora o direito autoral seja protegido juridicamente. Vale lembrar que mesmo que estes materiais sejam excluídos das plataformas, como, por exemplo, por infringirem os direitos autorais, eles não voltarão a serem “privados”, pois a partir do momento que um determinado material é lançado nas plataformas e baixado pelos “usuários” e “socializados”, (com)partilhados com outros ele já se tornou “público”, mesmo não estando mais no “acervo” das plataformas, devido ao funcionamento da “memória metálica”.

Outro fator a ser levantando é que em ambas as plataformas digitais colaborativas analisadas não há orientações adequadas e objetivas aos seus “usuários” sobre em que condições um material pode ser compartilhado, e quais as consequências (legais ou não) deste (com)partilhamento (não) autorizado.

As plataformas digitais colaborativas propiciaram que a possibilidade de acesso ao “conhecimento” seja (com)partilhado enquanto informações, o que implica em uma nova forma de circulação, via internet, porém essa forma de circulação demanda fortemente por pesquisas sobre como se dá essa possibilidade de acesso e a sua relação com a produção do conhecimento. Podemos dizer também que o principal objetivo das plataformas digitais colaborativas analisadas, nessa pesquisa, é o gesto de (com)partilhamento de diferentes materiais disponibilizados em seus sites, e acessíveis aos seus “usuários”. As plataformas digitais colaborativas, como mostrado nessa pesquisa são marcadas pelos sentidos de conectividade e de colaboratividade, propiciando assim novas formas de interatividade pelos sujeitos, no espaço digital.

Esperamos, assim, ter concretizado parte dos objetivos propostos para esta pesquisa, mesmo sabendo que o “efeito de completude” que queremos ou buscamos ao realizar uma pesquisa, a qual nos dedicamos no mestrado, é parte de um processo de produção do conhecimento e de responsabilidade com esse processo na nossa vida acadêmica, profissional. Por meio desta pesquisa foi possível (me) deslocar da posição sujeito bibliotecária, para (me) adentrar ao “mundo particular”, desafiador e prazeroso da Análise de Discurso.

Vale ressaltar que, com esta pesquisa, objetivamos contribuir com os estudos sobre as bibliotecas digitais e o modo como determina a relação dos sujeitos na sociedade. Trata-se de uma pesquisa que daremos continuidade e que demanda um trabalho na relação da entre diferentes áreas do conhecimento, da tecnologia, pela linguagem, visto a importância da temática não somente para a área Biblioteconômica, entre os profissionais bibliotecários, mas também para as diferentes áreas que se ocupam da manutenção e da transformação, inovação, para as quais o conhecimento e a formação são imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Soares. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

AIUB, Giovani Forgiarini. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico metodológica do analista. **Leitura**, Maceió, n.50, p. 61-82, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/viewFile/1149/784>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Digitais: relato de experiência. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1351/1352>>. Acesso em: 05 maio 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1998.

BAEZ, F. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BALDINI, Lauro José Siqueira, DI NIZO, Patricia Leal. O Cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 131-158, dez. 2015. Disponível em: <www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/download/.../429>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BASTOS, Gustavo Grandini. Bibliotecas: uma reflexão história acerca da constituição dessas instituições. **Revista Linguagem**, São Carlos, [2010?]. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/art_bastos.php>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BÖLTING, Rudolf. **Dicionário Grego-Português**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

BORGMAN, C. L. Social aspects of digital libraries. In: **Workshop On Social Aspects Of Digital Libraries**, 1996, Los Angeles. Final Report... Los Angeles: UCLA/NSF, 1996. Disponível em: <<http://www.lis.gseis.ucla.edu/DL>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01

fev. 2018.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. L. R. O. Arquivos e bibliotecas: semelhanças e diferenças. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 1, p. 05-17, 1988. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8309>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesauro: metodologia e técnica**. Brasília: ABDF, 1978.

CHIARETTI, Paula. Discurso, subjetividade e novas tecnologias: você, sem fronteiras. **Revista RUA**, jun. 2016. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua20anos/web/index.php?r=paginasartigo%2Fviewpagina&numeroPagina=1&artigo_id=52>. Acesso em: 25 maio 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. v. 4. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, Willianny. **Dados, informação, conhecimento e competência**. [S.l]:[s.n.], 2009.

COSTA, Rogério da. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/221>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

DIAS, Cristiane. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set.-dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030/611>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **Memória metálica**. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____; COELHO, Cidarley Grecco Fernandes. Do discurso digital: ciência, escrita e colaboratividade. **Fragmentum**, n. 48, jul.dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23312>>. Acesso em 27 fev. 2018.

_____; COUTO, Olivia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 631-648, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322011000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 maio 2018.

DIAS, Juciele Pereira. **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/16/TDE-2009-03-30T142104Z-1950/Publico/JUCIELEPEREIRADIAS.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro: a definição do nome gramática**. 2012. 257 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3981/DIAS%2c%20JUCIELE%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 08 mar. 2018.

_____. Um espaço polêmico de leituras pelo youtube na contemporaneidade. In: Seminário de estudos em Análise do Discurso 1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença, 6, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/6SEAD/SIMPOSIOS/UmEspacoPolemicoDeLeituras.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FERREIRA, A. B. H.; ANJOS, M.; FERREIRA, M. B. **Novo Aurélio, Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Nice de Menezes. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

FRAGOSO, G. M.; DUARTE, R. Livro, leitura, biblioteca...Uma história sem fim. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 8/9, p. 166-170, 2003/2004. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/383/467>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 1992. p. 29-87.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. São Paulo: Layola, 2012.

_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante, **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p.59-76, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00059.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GALDINO, Rafael Zanetti. História da ciência da informação e da biblioteca: a memória da escrita e da biblioteca. In: Encontro regional de estudantes de biblioteconomia, documentação, ciência da informação e gestão da informação, 14, 2011, Maranhão. **Anais...** Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/HIST%C3%93RIA%20DA%20CI%C3%8ANCIA%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20E%20DA%20BIBLIOTECA%20A%20Mem%C3%B3ria%20da%20Escrita%20e%20da%20Biblioteca.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Discursos sobre a leitura na contemporaneidade: entre o texto-papel e o texto-tela. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(51.1): 175-192, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v51n1/v51n1a09.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

HONORATO, Renata. Scribd, o “Netflix dos livros”, e a segunda onda dos e-books. **Veja online**, fev. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/scribd-o-netflix-dos-livros-e-a-segunda-onda-dos-e-books/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNEST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Bornéo Susana (Org). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001, p. 28-41.

LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes. 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LÈVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: UNICAMP, 2000.

SANTOS, Manuella. **Direito autoral na era da internet: impactos, controvérsias e possíveis soluções**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NONAKA, I. e TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MACHADO, Raymundo das Neves; NOVAES, Maria Silva Ferraz; SANTOS, Ademir Henrique dos. Biblioteca do futuro na percepção de profissionais da informação. **Transinformação**, v. 11, n. 3, p. 215-222, set./dez. 1999.

MARIANI, Bethania. As leituras da Rocinha. In: ORLANDI, E. L. P. (Org.). **A leitura e os leitores**. São Paulo: Pontes, 1998.

_____. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins: investigação, inovação, divulgação**. Rio de Janeiro: Macunaíma, 2016. Disponível em: <http://edicoesmakunaima.com.br/images/livros/ebook_enciclopedia_audiovisual_virtual_em_ad.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. Linguagem, conhecimento e tecnologia: a enciclopédia audiovisual da análise do discurso e áreas afins. In: Congresso Internacional da Abralín, 10, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2018.

_____; TRAJANO, Raphael de Moraes; DIAS, Juciele Pereira. **Leitura e biblioteca escolar**. Linguística V: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018, v. 1, p. 305-326.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

METADE da população brasileira não tem acesso à internet. **Veja**, São Paulo, 14 jan. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/metade-da-populacao-brasileira-nao-tem-acesso-a-internet/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n.2, p.71-91, jan./jun. 2004.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MINHATECA. Disponível em: <<https://minhateca.com.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. **Coleção, arquivo, biblioteca**. Colatina: Clock-Book, 2016.

NOGUEIRA, Rubem Damião Soares; ARAUJO, Carlos Alberto Avila. Conexões entre arquivo, biblioteca e museu: similaridade das atividades profissionais. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.26, n.2, p. 201-224, maio/ago. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZIBERMAN, Regina; Silva, Ezequiel Teodoro. **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, [1988]1999. p. 58-77

_____; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: Discurso na Cidade e no Campo**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1943/1912>>. Acesso em: 07 mar. 2018

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, [1996] 2009.

_____. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

_____. Apresentação: Um fato, um acontecimento, uma história: idéias lingüísticas no Brasil. **Relatos**, n. 06, 2000. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html>. Acesso em 27 jun. 2017.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004a.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004b.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES; S. ORLANDI, E. (orgs). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, Campinas, v. 2, n. 16, p.5-17, 11 nov. 2010a. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/8638816-9002-1-SM.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2017.

_____. Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas. **Animus - revista interamericana de comunicação midiática**, v. 17, p.11/22, jan./jun. 2010b.

_____. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista ALED**, v. 16, n. 2, [s.n.].

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, Ed. Pontes, [1983] 2011a.

_____. A Casa e a Rua: uma relação política e social. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011b. Disponível em: <seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/18491/14349>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. **Eu Tu Ele**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, [1975] 1997.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, [1975] 1997.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Unicamp, [1982] 1994.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PFEIFFER, C. C. **Que autor é este?** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

RIBEIRO, Fernanda. **Biblioteca: novos termos**. [S.l.]: [s. n.], 2010.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **DELTA [online]**, v. 22, n. 2, p. 303-328, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502006000200004>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SANTOS, Gilmara dos et. al. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: [S.l.], 2013.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2661>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SCALCO, Nathália Ceratti. **Direito autoral e internet (encontros e desencontros)**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/nathalia_scalco.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017

SCRIBD. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos**. Rio de Janeiro: EDUF, 2016.

SILVA, Armando B. Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Telma Domingues da. O jornal e as transformações dos espaços urbanos de leitura. In: _____; LARA, Renata Marcelle (Orgs.). **Mídia, produção textual e tecnologia: da leitura, das imagens do digital**. Campinas: Pontes Editores, 2017

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

_____. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

XAVIER, Rodolfo Coutinho Moreira; COSTA, Rubenildo Oliveira da. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito?. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p.75-83, maio/ago., 2010. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1278/1456>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

ANEXO A – Tela inicial da Minhateca - Parte I

The image shows the homepage of the Minhateca website. At the top, there are social media links for Twitter and Google+, and navigation buttons for 'CADASTRE-SE' (or) 'ENTRAR' with a Facebook icon. The main header features the 'minhateca' logo. A large yellow button in the top right corner says 'Adicionar arquivos'. The central text reads 'Aplicação Minhateca' followed by 'Baixar arquivos do minhateca.com.br para seu celular.' Below this, it states 'Aplicação esta disponível para Android.' and includes the 'ANDROID APP ON Google play' logo. A central graphic shows a smartphone displaying the app's interface with a search bar containing 'creative commons' and a list of video files: 'Babajaga - Witches in updraft!.avi' (92.12 MB), 'Chocolame - Avó Filó Spot Televisivo 5".avi' (76.2 MB), and 'Coque Malla - La Carta (Aclam Records Live Session).avi' (93.4 MB). A purple arrow points to the smartphone, and a yellow arrow points to the 'Adicionar arquivos' button. To the right, text describes the app: 'Minhateca é um aplicação grátis que permite buscar, baixar e carregar arquivos do Minhateca.com.br no seu celular.' and 'Com nosso aplicativo voce tem todos os recursos do Minhateca na sua mão!'.

Tweetar G+

minhateca

CADASTRE-SE ou ENTRAR f

Adicionar arquivos

Aplicação Minhateca

Baixar arquivos do minhateca.com.br para seu celular.

Aplicação esta disponível para Android.

ANDROID APP ON Google play

Minhateca é um aplicação grátis que permite buscar, baixar e carregar arquivos do Minhateca.com.br no seu celular.

Com nosso aplicativo voce tem todos os recursos do Minhateca na sua mão!

minhateca

creative commons

Vídeo

- Babajaga - Witches in updraft!.avi
92.12 MB
- Chocolame - Avó Filó Spot Televisivo 5".avi
76.2 MB
- Coque Malla - La Carta (Aclam Records Live Session).avi
93.4 MB

ANEXO B - Tela inicial da Minhateca - Parte II

 **minhateca**

[CADASTRE-SE](#) ou [ENTRAR](#) 

Addicionar arquivos

Minhabox

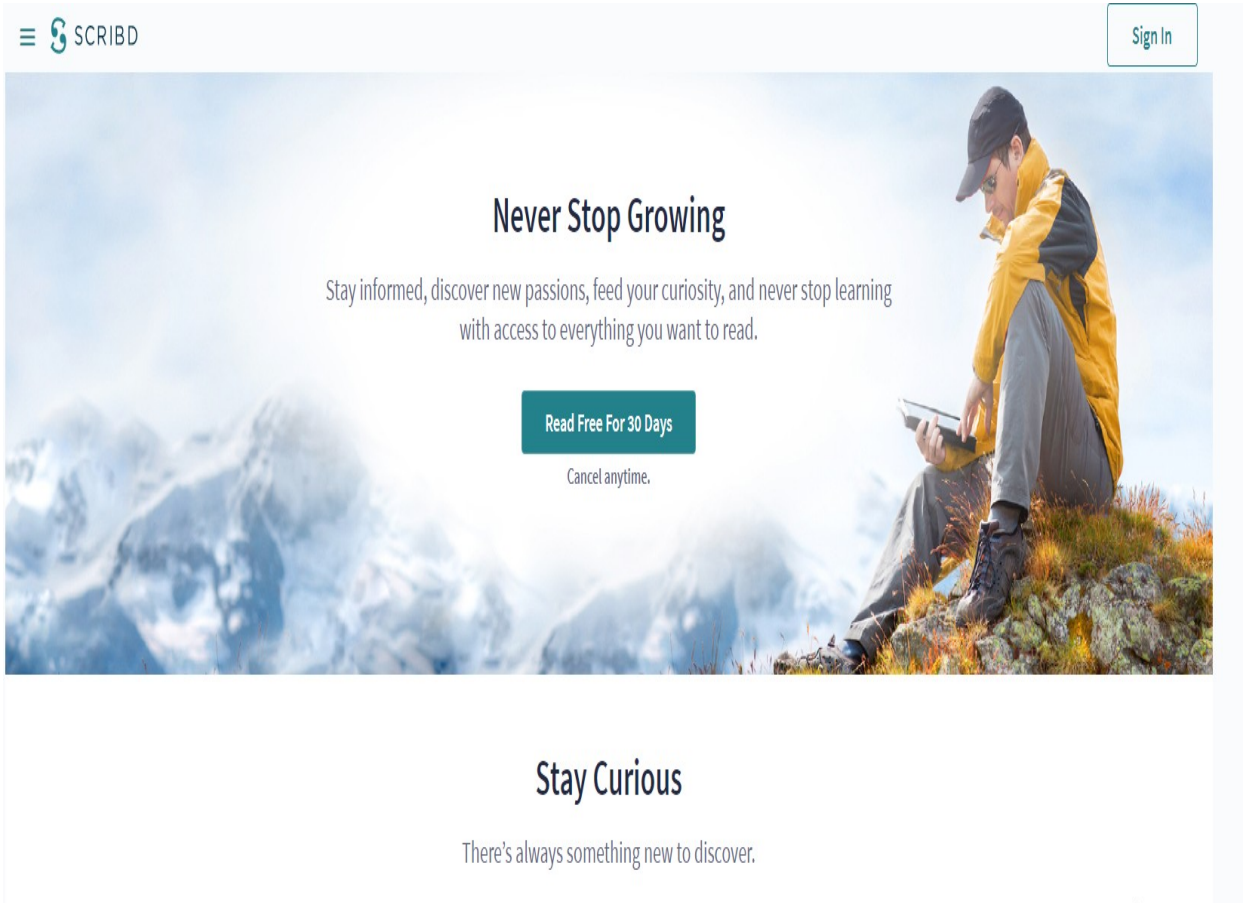
Lancamos nosso gerenciador de download desktop, o Box.

A Box é suportada por Windows XP (versão Service Pack 3) / Vista / 7 / 8.

BAIXE AGORA!

- ✓ Carregue múltiplos arquivos e pastas inteiras,
- ✓ escuta suas músicas,
- ✓ retoma downloads interrompidos!

ANEXO C - Tela inicial do Scribd



ANEXO D - Tela de busca do Scribd

← →
Seguro | <https://pt.scribd.com/books>

SCRIBD
Explore ▾

Q

Overview

Documents

Books

Audiobooks

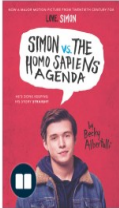
Magazines

Sheet Music

Books

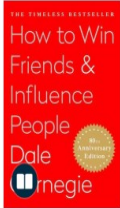
Read like you mean it

Bestselling Books




Simon vs. the Homo Sapiens Agenda
Becky Albertali

★★★★☆ (4.5/5)




How To Win Friends and Influence People
Dale Carnegie

★★★★☆ (4/5)



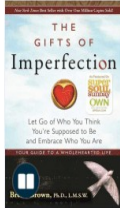
The Subtle Art of Not Giving a F*ck: A Counterintuitive Approach to Living a Good Life
Mark Manson

★★★★☆ (4/5)




The Handmaid's Tale
Margaret Atwood

★★★★☆ (4/5)




The Gifts of Imperfection: Let Go of Who You Think You're Supposed to Be and Embrace Who You Are
Brené Brown

★★★★☆ (4.5/5)



Unfu*k Yourself: Get Out of Your Head and Win Your Life
Gary John Bishop

★★★★☆ (4/5)

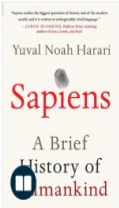


Hatchet
Gary Paulsen


★★★★☆ (4/5)

2017 TED Talks, Elaborated View More

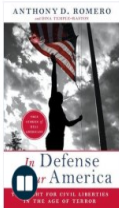
These speakers gave brilliant TED Talks last year. Learn more in their books.



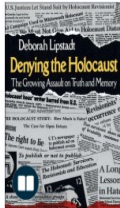
Sapiens: A Brief History of Humankind
Yuval Noah Harari



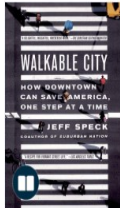
Until Death Do Us Part: My Struggle in Prison
Ingrid Betancourt




In Defense of America
Anthony D. Romero




Denying the Holocaust: The Gateway to Anti-Semitism
Deborah Lipstadt



Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time
Jeff Speck



Community of Faith
Jonathan Sacks



Urbanism in the Age of Climate Change
Peter Caltorpe